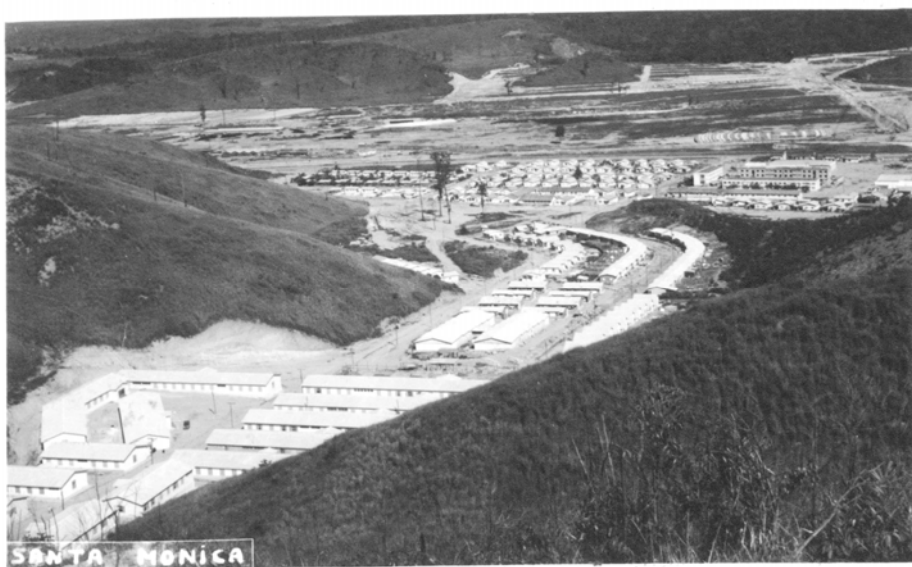


preocupante quanto para um operário casado. Assim, *a turma do Santa Mônica* estava mais suscetível a qualquer movimento de rebeldia no contexto fabril.

Ao analisar a fotografia do local, é possível compreender que a construção dos bairros operários com uma única via de saída – *becos sem saída* – não parece ser apenas uma coincidência, mas uma forma de facilitar um *acantonamento* no caso de algum movimento *subversivo*⁹³ à ordem instituída. Afinal, em tempos de golpe, pressupõe-se que a insubordinação se manifesta como uma reação natural dos golpeados.



Fotografia nº 12 – Bairro Santa Mônica - 1962 – Acervo Moacir Lacerda.

O flagrante fotográfico, colhido de um dos morros que circundam o bairro, permite observar que ele é dotado de apenas uma via de acesso: a subida realizada pela mão direita; a descida, pelo lado oposto ao canteiro de casas, que separava as duas mãos. O ponto de partida para a subida do morro do Santa Mônica (localizado na parte esquerda da foto) era o Bairro Horto (localizado na parte superior da foto). Na parte intermediária desse morro, nota-se a existência de dois barracões paralelos às vias, disponibilizados aos trabalhadores da Empreiteira conhecida como Chicago Bridge. A partir desses dois barracões, abre-se uma espécie de *enseada em terra*, onde estão localizados os alojamentos dos rapazes, funcionários da Usiminas, em sua maioria, solteiros: *a turma do Santa Mônica*.

⁹³ Os militares utilizavam o termo subversivo para identificar qualquer cidadão que não concordasse com a ordem instituída por eles. Aliás, seria melhor dizer “qualquer elemento”, pois não seria correto usar o termo cidadão, dentro de uma ordem que aniquilou todos os direitos de cidadania. Os Atos Institucionais, que se sobrepuseram à Constituição vigente, davam essa prerrogativa aos Generais Presidentes.

Aqui cabe uma reflexão sobre a quantidade de pessoas que se abrigavam nessas moradias. No primeiro barracão transversal, cuja entrada, na parte lateral, dá acesso a duas alas de dormitórios, nota-se a existência de onze janelas; portanto, a configuração interna do alojamento pressupõe a existência de 22 quartos, com quatro camas tipo beliche. Destarte, um abrigo para 88 trabalhadores. A fotografia permite visualizar 13 barracões (outros estão encobertos pelo morro, provavelmente o fotógrafo queria dar visibilidade ao Bairro Horto), portanto a conta fica fácil: 13 vezes 88 é igual a 1.144. Considerando uma média entre uma construção e outra, sem considerar os possíveis alojamentos encobertos pelo morro, notamos a existência de abrigos para mais de um mil trabalhadores, uma quantidade bastante considerável dentro do universo de trabalhadores da Usiminas.

Caso houvesse – como realmente houve⁹⁴ - algum tipo de distúrbio na ordem interna do espaço, seria fácil para o Aparelho Repressor fechar fisicamente a saída do bairro. Bastaria essa atitude para que os trabalhadores se sentissem *ilhados*, melhor dizendo, *acantonados* no local e privados de comunicação com o mundo externo.

Ao visualizar tais evidências, é possível reconsiderar o fato de os bairros terem sido construídos de tal forma apenas por obra do mero acaso. Os indícios apontam na direção de que a *formatação*, nessa configuração, não foi aleatória. Muito pelo contrário, eles nos asseveram que é possível admitir esse tipo de construção no bojo de uma lógica geográfica hegemônica, responsável por um eventual *ilhamento* da maioria dos trabalhadores, considerando a hipótese de uma possível insubordinação coletiva.

Uma vez admitida tal possibilidade, ganham corpo alguns questionamentos sobre as evidências: esse tipo de “segurança” serviria para intimidar trabalhadores envolvidos nos diversos matizes políticos notados na região? Estaria a Usiminas disposta a lançar mão de “*mecanismos coercitivos*” para manter o controle social dos trabalhadores, ou tais iniciativas faziam parte de um contexto político maior e mais sombrio?

Sem levar em conta as possíveis transformações que poderiam surgir de um horizonte político nebuloso, cujo pensamento político transitava entre a Revolução e o Golpe, os operários chegavam de todas as partes do país. Alguns ainda procurando uma ocupação; outros, já instalados, especialmente os trabalhadores da área de construção civil, laboravam em dezenas de empreitadas; tanto na construção desses bairros como na reestruturação do centro da cidade.

⁹⁴ O capítulo III abordará o *ilhamento* desses trabalhadores pela Cavalaria local.

Impulsionado por uma complexa conjugação de interesses, o *eldorado* entrava em um processo definitivo de construção. Por todos os lados, viam-se trabalhadores literalmente *colocando a mão na massa* e imprimindo suas marcas em cada detalhe dessa imensa obra.

Nesse momento, podemos compreender o homem na sua real dimensão. O homem como um ser histórico, deixando suas marcas na construção desse sonho, tanto do ponto de vista físico como na teia cultural, que foi tecida a partir da convivência de pessoas oriundas de todas as partes do Brasil. A dinâmica das transformações surgia na mesma velocidade em que as necessidades dessa massa humana ganhavam visibilidade. Essas transformações, por não serem obras do mero acaso e sim de um processo histórico implícito nesse devir, levaram a assinatura de todos os sujeitos envolvidos na construção desse sonho.

CAPÍTULO III

TÁ TININDO OU SENTA A PUA?

As relações de força que emergiram da construção do eldorado.

Elogio da dialética

*A injustiça avança hoje a passo firme.
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam.
E em todos os mercados proclama a exploração:
isto é apenas o meu começo.*

*Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.
Quem ainda está vivo nunca diga: nunca.
O que é seguro não é seguro.
As coisas não continuarão a ser como são.
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados.*

*Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? Também de nós.
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, que lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha?
Porque os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.⁹⁵*

O terceiro capítulo é o espaço apropriado para discutir o desenvolvimento da cultura e das relações de força que emergiram da construção do *eldorado*. O trânsito dessas pessoas no local marcado pela precariedade, a disputa pelo espaço e a necessidade emergente da construção de um novo tipo de sociedade, naquele momento marcado pela heterogeneidade cultural, permitiram o desenvolvimento de processos consensuais, quando em atendimento às necessidades dos diversos agrupamentos sociais, e dissensuais, quando fragmentados por interesses corporativos. Tais discussões implicam também a compreensão de outro tipo de processo: o hegemônico, cuja culminância se fez notar no movimento social identificado como “O Massacre de Ipatinga”.

O conflito, deflagrado em 1963, cujas raízes podem ser notadas nas divergências de interesses existentes entre trabalhadores, Direção da Empresa, Corpo de Vigilância, Polícia

⁹⁵ BRECHT, Bertold. *Poemas*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.]. p. 61.

Militar e Poder Político, permite visualizar diversos movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos nesse espaço. Principalmente após o golpe militar de 1964, quando as relações entre empresa e trabalhadores sofreram transformações radicais no ambiente fabril e no âmbito social em toda a região do Vale do Aço. Para melhor compreender esses momentos, é necessário lançar um fecho de luz sobre a dinâmica de assentamento das famílias, que resultou no respectivo enraizamento na cidade de Ipatinga.

O esforço desenvolvido com objetivo de acomodar essa massa humana nos bairros correspondentes à função de cada operário, só foi menor quando comparado à dificuldade de cada operário na disputa pelas moradias. A Usiminas anunciava a primeira corrida de gusa; por conseguinte, tinha pressa em trazer as famílias dos operários para junto dos mesmos, como forma de garantir a disponibilidade dessa mão-de-obra. A presença dos entes queridos dificultaria uma eventual tentativa de troca de emprego; melhor seria se outro membro da família também conseguisse um posto de trabalho na Usiminas. Dessa forma, o lar se transformaria em uma extensão do ambiente fabril.

Considerando o que foi evidenciado sobre o processo de recrutamento desses operários e o esforço da empresa em conseguir mão-de-obra qualificada, tornar-se-ia impossível imaginar um plano de contingenciamento em sua totalidade ou em grande parte dele, caso houvesse uma evasão da mão-de-obra recrutada. Gramsci analisa esse tipo de dificuldade a partir de uma visão burguesa de vida e da administração do capital, próprios da direção das empresas. Essa análise permite uma melhor compreensão dos acontecimentos registrados em Ipatinga, pois versa sobre a organização do quadro de operários de qualquer empresa inserida na lógica capitalista.

*Construir um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada jamais foi tarefa simples: ora, uma vez constituídos esse quadro e essa equipe, seus componentes, ou parte deles, acabam por vezes não só se beneficiando com um salário de monopólio, mas também não são demitidos no caso de redução temporária da produção; seria antieconômico dispersar os elementos de um todo orgânico constituído com esforço, já que seria quase impossível voltar a agrupá-los, na medida em que a reconstrução deste todo com elementos novos, aleatórios, custaria tentativas e gastos não indiferentes.*⁹⁶

Devem-se considerar dois aspectos importantes na análise de Gramsci em comparação aos acontecimentos observados na construção de um quadro bem articulado de trabalhadores para a Usiminas. O primeiro versa sobre a construção desse todo. A Usiminas utilizou dos vários recursos disponíveis, no sentido de obter mão-de-obra qualificada e adequada ao início

⁹⁶ GRAMSCI, A., op. cit. p. 275.

das operações. Haja vista que, em determinados momentos, o Setor de Recrutamento, em Belo Horizonte, permitiu o uso de *recursos não muito convencionais*, objetivando a garantia dessa mão-de-obra qualificada. Gramsci adverte sobre esse tipo de dificuldade, que pode ser constatada no processo utilizado pela empresa.

O segundo aspecto é sobre a manutenção desse quadro observado no início das operações, naquele momento sob a administração do Setor Produtivo da empresa. Permitir a “dispersão desse todo orgânico constituído com esforço seria antieconômico”. E, por ser antieconômico, a empresa não admitia a hipótese de perder parte desse contingente de trabalhadores; portanto, envidou os esforços necessários no sentido de agrupá-los em bairros operários. Se a chegada aconteceu de forma desordenada, sem que o local fosse dotado da infra-estrutura necessária, ela não se arriscaria em acomodá-los de forma aleatória. O agrupamento aconteceu de forma *racional* do ponto de vista da empresa.

As casas seriam distribuídas aos operários debaixo de uma ordem estabelecida como prioritária pela empresa, entretanto sob a tutela de um discurso que, mais tarde, seria legitimado por grande parte dos trabalhadores e de suas respectivas famílias. É possível observar, na fala de Dona Iracilda, uma relativa gratidão à empresa pela concessão de uma casa. Na realidade, era comum ouvir, tanto dos operários quanto das famílias desses, que “o fulano de tal ganhou uma casa da Usiminas”.

Paulo Roberto - E... ERA CASA PRÓPRIA... ALUGADA... COMO ERA?

Iracilda - Aí a gente... tinha... a Usiminas... arrumava casas prá gente morá... aí quando teve um colega dele que... ganhou esta casa e não quis... não interessou porque ele morava numa casa na entrada de candangolândia... que era uma chácara... então ele vivia bem ali... com as coisas que ele fazia ali.... passou a casa pra gente... então ficamos morando na casa como emprestada... depois a Usiminas despediu ele... então ele foi lá... acertou... passou a casa em nome dele e a gente começou a morá nela[...]
⁹⁷(grifos meus)

A elaboração desse discurso colocou a empresa na condição de grande doadora, a *grande mãe* dos trabalhadores, a *grande provedora*, e os cuidados foram tomados para que estes se mostrassem agradecidos, ao menos nos primeiros momentos, pelo gesto de condescendência em relação à situação de penúria dos operários. Ao ser agraciada com as benesses da empresa, é natural entender que a classe operária, especialmente as mães de família, apropriaram-se desse discurso como se fosse delas e, na condição de legitimadoras do

⁹⁷ Fragmento da entrevista concedida pela Dona Iracilda, na residência de um dos filhos, em Uberaba, no dia 16 de fevereiro de 2006.

discurso dominante, alardeavam a *doação* das casas como indício da estabilidade no emprego em um suposto processo de demissão.

Em tais situações, é possível compreender que a Usiminas, ou qualquer outra empresa, não *investiria* em quem estivesse prestes a ser demitido. Essa prática adquire contornos de uma espécie de *predestinação absoluta* ⁹⁸. Se a empresa atendia ao trabalhador de alguma forma, era possível deduzir que este estava na condição de *abençoado* ou protegido, portanto não estaria com a *lata amarrada* ⁹⁹ em um eventual surto de demissão.

É desnecessário dizer que essa realidade foi transitória. O *boom* populacional, aos poucos, foi arrefecendo e as famílias conseguindo acomodações. O frenesi dos anos iniciais deu lugar a um processo um pouco mais lento de povoamento, durante o qual as famílias provocaram o entrelaçamento de cultura, motivado pelas origens mais diversas desse povo. Para melhor compreender a formação dos bairros operários e a forma utilizada pela Usiminas para distribuir as casas, recorri ao depoimento dos entrevistados que elaboram suas interpretações daqueles anos. Edson Farias expõe sua visão do momento:

PAULO ROBERTO – É... OUTRA COISA, ALI NA... VOCÊ DEVE TER PARTICIPADO TAMBÉM DESSA MONTAGEM, DESSA CHEGADA DA POPULAÇÃO PARA IPATINGA, O CRESCIMENTO ALI... COMO FOI... FOI MUITO DESORDENADO?

EDSON – Não, o crescimento até que não foi muito desordenado não porque... noventa por cento do controle ali, foi através da administração da Usiminas. Ela começou construir casas para funcionários... ela começou construir casas para os **funcionários... dela** porque ela se sentiu na obrigação... porque... muita gente morava fora, morava naqueles bairros, Melo Viana, lá em Fabriciano, alguns moravam até em Acesita, outros moravam no Bom Jardim, era tudo terra naqueles cantos ali, Vila Ipanema, Vila Ipanema ela construiu alojamento também, construiu restaurante lá também, e ela foi construindo essas casas de alvenaria e a medida em que as

⁹⁸ A Doutrina da Predestinação Absoluta foi criada por João Calvino, durante a Reforma Protestante do século XVI, cuja tônica era a idéia de que o homem já nascia predestinado à salvação ou à danação. Se a pessoa conseguia progredir na vida, inclusive do ponto de vista material, mediante o lucro proveniente de um trabalho honesto, era sinal de que estava sendo abençoada por Deus, portanto predestinada à salvação.

⁹⁹ No ambiente fabril, admite-se a existência de dois tipos de linguagem: o Português e o *Peonês*. O português é *claudicantemente* utilizado no preenchimento de um relatório, de uma ordem de serviço; enfim, uma tentativa de utilização de uma linguagem formal, levando em conta o baixo nível de instrução de boa parte dos trabalhadores. O *peonês* é uma linguagem informal, utilizada pelos operários no cotidiano fabril. O termo *amarrar a lata* faz parte do *dicionário peonês*. É possível que tenha surgido entre os operários da ALCOA, Companhia Americana de Alumínio, localizada em Poços de Caldas, MG, na década de 1970 e tinha o seguinte significado: durante os horários de revezamento de turno, o funcionário que trabalhava no horário de 23 h., às 7h., normalmente dava uma *escapadinha* para *tirar um rápido cochilo*. Como ele *desaparecia* para essa prática, que era comum entre os operários, mas inadmissível pela chefia, o companheiro de trabalho dizia, em tom de brincadeira, que era necessário amarrar uma lata na canela do *sumido* e colocar um radar em funcionamento para conseguir localizá-lo. A brincadeira ganhou dimensão e, quando alguém queria dizer que um determinado funcionário estava na *alça de mira* da chefia, dizia que estava com a lata amarrada. A utilização do *peonês*, no ambiente fabril, muitas vezes, irrita a chefia e essa prática soa como uma forma de resistência à opressão imposta pelos chefes aos seus subordinados. No ambiente fabril, o trabalhador lança mão das mais variadas formas de demonstrar sua resistência à opressão; e uma delas é a linguagem utilizada, ou seja, o *peonês*.

empreiteiras iam terminando as obras e ia desfazendo do seu canteiro, aqueles imóveis, eram devolvidos pra ela. Agora eu não sei se a forma de pagamento ou como era, iam devolvendo pra ela, então cedia para seus funcionários. O critério dela para passar para os funcionários era: o casal que tinha o maior número de filhos. (grifo meu)

PAULO ROBERTO - ERAM OS PRIMEIROS A RECEBER AS CASAS?

EDSON - Eram os primeiros a receber as casas. E ali ela começou a construir condições para escolas, pra tudo.

PAULO ROBERTO - MAS VOCÊ PODIA ESCOLHER O BAIRRO QUE VOCÊ QUERIA MORAR POR EXEMPLO?

EDSON - Não, às vezes não. Isso era muito... a não ser alguém que... a gente solicitava, falava com a chefia eu gostaria de morar no bairro tal. Aí do contrário ela...¹⁰⁰

Na realidade, os empregados não podiam escolher os bairros onde queriam morar. A distribuição das casas obedeceu ao critério de quantidade de filhos, conforme dito por Edson. Tal opinião é compartilhada com os demais entrevistados, entretanto essa solicitação, à qual Edson se refere, só acontecia quando o empregado era promovido a outro cargo superior. Nesse caso, era permitido pleitear a transferência de moradia para outro bairro, dentro dos limites impostos pela hierarquia interna da empresa.

As casas dos bairros habitados pela chefia (média e alta) eram mais completas que as dos bairros habitados pelos funcionários considerados menores na lógica hierárquica. Nos bairros Bom Retiro, Cariru, Horto e Castelo, tais residências recebiam o “habite-se” depois de muradas e pintadas. As casas dos bairros Maringá, Candangolândia e Vila Ipanema sequer eram muradas.

De uma forma intencional ou não, a ausência de limites territoriais de uma casa para outra facilitou o entrelaçamento das diversas famílias, pois os quintais eram constantemente devassados por todas as pessoas que *cortavam caminho* em busca de algum objetivo. Esse processo permitiu que elas desenvolvessem laços afetivos significativos em pouco tempo.

Para melhor entender esse entrelaçamento cultural, é necessário colocar em evidência o cotidiano de uma família de baianos, chefiada por um homem conhecido no bairro como *Lagartixa*¹⁰¹. Aos domingos, ele levantava cedo e improvisava um fogão no quintal; na panela de ferro, além do feijão, ele colocava a carne seca e os temperos. Essa era uma receita da culinária nordestina, principalmente baiana: o *jabá*, que seria degustado com farinha de mandioca. Todas as pessoas que transitavam pelos quintais abertos do Bairro Maringá, nas

¹⁰⁰ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

¹⁰¹ O homem, conhecido simplesmente por Lagartixa, ganhou esse apelido em função da sua habilidade no manuseio do maçarico. Em poucos minutos, ele talhava, em uma chapa de ferro, a figura de uma lagartixa e presenteava os amigos com essa obra de arte. Poucas pessoas no bairro conheciam seu verdadeiro nome.

proximidades dessa residência, estavam ou se sentiam, automaticamente, convidadas a comer do *jabá do Lagartixa*, sempre acompanhado de uma boa cachaça.

Além do entrelaçamento ocorrido durante as horas de lazer, é possível observar que, nas horas de trabalho, as mulheres trocavam suas impressões sobre o cotidiano do bairro, da cidade e da Usina. As casas tinham a mesma configuração e os tanques foram construídos - de forma intencional ou não - a permitir que as mulheres se comunicassem, enquanto cuidavam dos afazeres domésticos, como lavar a roupa da casa.

Simone Weil contribui para a compreensão dessa dinâmica ao abordar conceitos como enraizamento, subordinação, luta de classes e, sobretudo, racionalidade. No desenvolvimento desses vários conceitos, a autora faz a demonstração da apropriação que o trabalhador elabora, ao referir-se aos objetos entre os quais ele passa boa parte da vida: as máquinas, os tornos, as fresas, enfim, todo equipamento de propriedade da empresa, que o trabalhador cuida como se fosse dele ¹⁰². Nos bairros operários de Ipatinga, essa apropriação ia para além do que a autora expõe. Ela não acontecia somente por parte do trabalhador, as mulheres também se sentiam proprietárias *em um suposto regime de meaçaõ*, dessas máquinas *dos seus respectivos maridos*. Dona Iracilda dizia: “a máquina de descascar chuchu do meu marido”. Eu não sabia que máquina era aquela. Só fui conhecê-la no dia em que almocei com meu pai, no seu ambiente de trabalho ¹⁰³. Tive vontade de levá-la para casa; afinal, era do meu pai.

As famílias oriundas de todas as partes do Brasil, em sua maioria, não contavam com a presença de parentes, amigos, sequer conhecidos e esta era a forma utilizada para estabelecerem os primeiros contatos: criar costumes comuns. Desses encontros fortuitos, das conversas informais, das contradições e das obrigações cotidianas, ocorridas com maior frequência entre as mulheres e as crianças, delineava-se a nova perspectiva cultural dessa sociedade. A identificação de raios de ação comuns no campo cultural, afetivo, religioso, ou político, entre as diversas famílias, era o indício de que estavam, em condições embrionárias, os liames que serviriam de *cimento* à construção de uma cultura incipiente.

Para melhor compreender essas relações e a cultura que se formava nessa diversidade, utilizarei como referencial teórico a obra de Raymond Williams. O pensamento do autor contribui para entender a dinâmica das transformações, empreendida por diversas forças, que, no caso, tirou Ipatinga da condição de cidade pré-urbana para uma Ipatinga industrializada e inserida na dinâmica do capital industrial. Williams não vê a cultura numa esfera superior; ao

¹⁰² WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 167.

¹⁰³ Restaurante dos técnicos japoneses.

contrário, para ele, ela está “inserida no processo social e emerge da pluralidade e dos embates entre forças sociais” ¹⁰⁴.

Se, de um lado, esse tipo de procedimento foi imprescindível à criação ou estreitamento de vínculos culturais e afetivos entre as famílias, fato que atendia aos interesses fabris; de outro, esse mesmo procedimento poderia ser temeroso à administração da empresa. Em tempos de acirramento político-ideológico, de movimentos reivindicativos, ou até mesmo paredistas, esses vínculos poderiam se transformar em fortalecimento da resistência, no caso de uma eventual repressão. Dir-se-ia, à luz da cultura residual: “O mesmo risco que corre o pau corre o machado”.

O senso comum faz uma advertência: as palavras encontradas nesse ditado, ainda que toscas, anunciam que, se a opressão for insuportável, a resistência será colocada em evidência, para minimizar os efeitos dela, ou aniquilá-la, no caso de processos mais radicais, observados nas insurreições proletárias.

Essa opressão se agigantou a ponto de se manifestar através do uso da força. O massacre de Ipatinga, como ficou conhecido o fato específico na memória desse povo, foi o resultado de uma relação de forças, fermentada ao longo do tempo necessário à construção do *eldorado*. A consequência principal do massacre foi a criação de uma nova ordem social na população de Ipatinga.

Maria Eliza Cevasco, ao elaborar a obra intitulada “Questões de teoria o materialismo cultural,” trabalha as questões culturais de forma a contribuir para a compreensão dessa nova ordem instalada após o conflito, cujo objetivo era ampliar o âmbito de ação comum entre as diversas camadas da população. Cevasco salienta que, mesmo sem abrir mão dos conhecimentos adquiridos ao longo das diversas experiências, esse raio de ação comum “parece enfeixar muito do sentido de mudança de um contexto que se reorganiza para acomodar a nova ordem interna e externa que emerge após o armistício” ¹⁰⁵.

É possível inferir que houve uma clivagem das relações existentes entre os blocos sociais atuantes, anteriores ao marco de memória estabelecido no imaginário dessa população – o massacre de Ipatinga. Mas é possível compreender que, em função dessa clivagem, uma nova ordem foi estabelecida a partir desse fato específico, e essa nova ordem foi marcada pelo trânsito entre o consenso e o dissenso, entre a hegemonia e a contra-hegemonia.

¹⁰⁴ WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 29.

¹⁰⁵ CEVASCO, Maria Eliza. Questões de teoria o materialismo cultural. In: *Para ler Raymond Williams*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 119.

Caminhar na direção de uma compreensão mais acurada no entorno das razões, que culminaram nessa tragédia, envolve uma análise das relações de força que emergiram da construção do *eldorado*. A disputa pela alimentação e a relativa inexistência do poder público, nesse espaço, consubstanciaram-se em elementos, cujas contribuições apontaram na direção do acirramento das relações entre os diversos sujeitos envolvidos na formação da sociedade ipatinguense.

Por outro lado, a chefia da Usiminas, com o pensamento voltado para a produção, também contribuiu para esse acirramento ao imprimir um ritmo mais rígido no cotidiano dos operários. O horário de entrada e saída dos trabalhadores se tornou inflexível, definitivamente adaptado ao relógio do capital. E. P. Thompson alerta que *“nas sociedades capitalistas maduras todo tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente passe o tempo.”*¹⁰⁶

Justamente por entender o mundo a partir de uma visão capitalista, a direção da empresa garantiu o traslado dos operários dos bairros operários ao espaço fabril. Essa atitude, além de ser uma solução emergencial, criada para suprir a ausência de um transporte público eficaz, pode também ser compreendida como uma maneira sutil de disciplinar os milhares de trabalhadores, sobretudo aqueles que não tinham experiência industrial anterior. Segundo o relato dos antigos empregados, a situação se processou da seguinte forma:

Paulo Roberto - DEIXA EU TE PERGUNTÁ UMA COISA. VOCÊ CHEGOU A FAZÊ AQUELE TRECHO... JÁ QUE VOCÊ MORAVA NA CANDANGOLÂNDIA... QUAL A CONDUÇÃO QUE CÊ USAVA PARA IR PARA A USIMINAS... PRO SERVIÇO?

Edson - A condução nossa... lá na época... era caminhão Scânia... de carroceria ou basculante... dependendo do setor que cê tava.

Paulo Roberto - É O TAL DO PAPA-FILA?

Edson- Não, o papa-fila foi bem depois.

Paulo Roberto- Caminhão basculante desse que carrega areia? Vocês subiam na caçamba do caminhão?

Edson- É caminhão de carroceria de madeira. Que ela tinha muito caminhão Scânia..., então ela... quando ele dava uma freada... era consertar a carga mesmo... Ia lá na frente e voltava. E só andava cheio... a sorte nossa era que a gente... não lembra de nenhum registro de acidente fatal... mesmo algum ato inseguro... que alguém pulou, machucou.¹⁰⁷

¹⁰⁶ THOMPSON, E.P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial** In: Costumes em comum. Estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo. Cia das Letras. 1998. p 298.

¹⁰⁷ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

De todos os bairros e até mesmo de outras cidades próximas como Coronel Fabriciano e Timóteo, partiam caminhões com as carrocerias abarrotadas de trabalhadores, cujo destino era a Usiminas. Na fala do entrevistado, é possível notar a precariedade do sistema de transporte e a pressa da empresa em iniciar a produção. Com o tempo, ela eliminou gradativamente esse meio de transporte, considerado inseguro, substituindo-o pelos *papa-filas*, que em pouco aumentaram a segurança. Tratava-se de um tipo de ônibus dotado de um grande baú, sem cadeira alguma, cuja capacidade de transporte superava aos cem trabalhadores. A parte traseira era rebocada por um cavalo¹⁰⁸ tipo Scânia -Vabis.

Caso o trabalhador perdesse a condução da Usiminas, era difícil encontrar outra alternativa, já que o município não estava dotado de um sistema de transporte coletivo. Portanto, o operário perdia o *remunerado*¹⁰⁹ ao chegar atrasado ao trabalho.

Além da dificuldade de transporte, os vigilantes, contratados pela Usiminas para os primeiros anos de funcionamento, não receberam o treinamento necessário a esse tipo de atividade. Dessa forma, aos olhos dos operários daquela época, a Vigilância da Usiminas foi uma das grandes responsáveis pelo acirramento das animosidades notadas no período analisado. Ao ser perguntado sobre o modo de vida dos trabalhadores das empreiteiras, Virgílio Rocha interpreta as dificuldades encontradas naqueles anos e, nas suas memórias, está inserida a forma truculenta como a polícia e os vigilantes da Usiminas tratavam os operários:

Virgílio- [...] *Es... eles tão é acostumado com uma... um tipo de vida é... quase que como a moda cigana... hoje eles tão montano uma empresa aqui... amanhã vão pra outro estado... outra cidade é uma coisa aí... e eles costuma ficar bastante estressado e aí a coisa... começa a complica... e uma intriga de boteco... costuma gerar um crime a posterior. Esse... outra coisa a vigilância... era uma coisa complicada porque eles... eram muito valentes...*

Paulo Roberto- OS VIGILANTES... ERAM VALENTES?

Virgílio- *Muito valentes... a polícia também... acho que a Usiminas dava muita... muita assistência pra polícia... e... e isso complicava bastante porque... era uma situação bem desagradável... qualquer coisinha cê tinha que tá com... com muito cuidado porque... eles... eles eram violentos... então... qualquer coisinha tavam bateno....*¹¹⁰

Existem marcos que se tornam unânimes através da observação dos agentes envolvidos: todos os entrevistados fizeram suas considerações sobre a Vigilância e, em todas

¹⁰⁸ Chama-se cavalo a parte da carreta responsável pela tração do veículo. O monobloco composto pela cabina, o motor e a parte responsável por engatar o restante da carreta a ser rebocada.

¹⁰⁹ Repouso Semanal Remunerado. Além de ser descontado o atraso do dia na folha de pagamentos do trabalhador, ele perdia também o direito de folga remunerada no final de semana.

¹¹⁰ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Virgílio Rocha, em sua residência, em Uberaba, MG, no dia 5 de maio de 2006.

as falas, foi notada uma repulsa à violência através da qual os vigilantes faziam as abordagens aos trabalhadores. Nelson Ribeiro aponta:

Paulo Almeida – E O TAL DO MASSACRE Sr. NELSON QUE ACONTECEU. O QUE ACONTECEU NAQUELE DIA? COMO O Sr. SE LEMBRA?

Nelson Ribeiro – é o massacre... aquele massacre lá... acontece o seguinte: não foi num dia. Aquilo veio acontecendo anteriormente... porque lá era seis empreiteiras. Era uma média... mais ou menos de trinta mil homem... então quando saía na portaria, saía aquela... aquele monte de carreta... e o pessoal que estudava... o pessoal que tinha compromisso... tinha tudo... achava ruim porque parava... era muito difícil... porque a vigilância dava busca os caminhões, tudo para ver se não estava saindo nada né... e começou justamente nisso aí... o pessoal começou a ficar revoltado, revoltado, revoltado... até que um dia lá parô tudo. Foi no dia... parece que três né? Três de outubro de sessenta e três. (Nelson se engana ao tentar se recordar da data. Grifo meu) ¹¹¹.

Observa-se, nas falas de Virgílio e Nelson Ribeiro, o mesmo pensamento em relação ao Corpo de Vigilantes da Usiminas. Virgílio ainda considera a Polícia local como despreparada para enfrentar os problemas decorrentes do surpreendente crescimento populacional. Objetivando coibir pequenos furtos no interior da empresa, prática considerada constante pela chefia, a Vigilância foi instruída a vasculhar os pertences dos empregados nos horários de troca de turno. Os trabalhadores pareciam compreender a necessidade desse procedimento; entretanto, a contestação da prática recaía sobre a forma utilizada na abordagem. Perquirido sobre como via a moradia disponibilizada aos operários, Moacir Lacerda desvia a conversa para um aspecto considerado por ele mais relevante que os alojamentos utilizados pelos jovens da época. Ele chama a atenção para o procedimento da Vigilância, considerada também por ele como um dos motivos do conflito.

Paulo Almeida - MORAVA INDIVIDUAL?

Moacir Lacerda - Não... era quatro num quarto, só que era grande.....tinha guarda-roupa.....tinha tudo.....então aí foi melhorano e foi nessa época que começou haver umas desavença na empresa, a empresa antigamente....agora é vigilância organizada né.....tem.....tem grau de hierarquia lá.....tudo bem organizado, **mas antigamente era vigia, era aquele pessoal pegado a laço lá.....**ficava na guarita nas entrada....era tudo **aqueles cara casca grossa memo.....**então o pessoal que trabalhava a noite, muitos trabalhava com solda, ganhava o litro de leite pra desintoxicá um pouco né... por causa da fumaça de solda.....então muitos não tomavam o leite, levava pra casa.....**e os vigias....não vigilância, os vigias.....**começaram... a criar caso com aquilo....então....o pessoal.....o sistema assim....pra entrá mostrava a identidade, pra saí, saía livremente né.....então eles obrigaram o pessoal.....era caminhões....porquê, tinha trabalhadores que moravam em Ipatinga.....em bairros afastados.....tinha de Coronel Fabriciano....e tinha de Timóteo....Acesita né....que trabalhavam lá, pessoal inclusive de empreiteira também.....né.....então....**os vigia obrigava eles a descer do caminhão, e tomava o leite do**

¹¹¹ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Nelson Ribeiro, em 29 de junho de 2005, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

peçoal.....o caminhão passava vazio.....eles pegavam do outro lado, aí começou aquelas desavença.....a criar caso.....o peçoal querendo brigá, xinga e tal.... (grifos meus)¹¹²

Nesse ponto, é possível notar a importância da História Oral como procedimento metodológico na construção de um trabalho. Ao comparar a Vigilância com os vigias, o Sr. Moacir procura enfatizar o preparo da Vigilância em detrimento dos vigias “os cara casca grossa pego a laço”, primeiros elementos contratados para a segurança nas portarias da empresa. Até a expressão facial do entrevistado muda, ao fazer a comparação, além de dar visibilidade à repulsa pelos elementos identificados como *casca grossa*. O Professor Alessandro Portelli, ao discorrer sobre a História Oral, adverte:

Uma coisa que a História Oral pode ver, que todos os arquivos e a História convencional não vêem, é precisamente a vida cotidiana. Por exemplo, sobre a história das mulheres, a história da família, a história da casa, do espaço doméstico, ou seja, são coisas que só podem ser tocadas por meio das fontes orais, ou que se tocam melhor com as fontes orais.¹¹³

As entrevistas obtidas ao longo da pesquisa convergem para uma direção. Na perspectiva dos entrevistados, o Setor de Vigilância, naquele momento composto por elementos *pegos a laço*, foi um dos grandes responsáveis pela deflagração do conflito social de sete de outubro de 1963. Melhor dizendo: com base nos depoimentos dos envolvidos, é possível compreender que a atuação dos vigilantes foi a *gota d'água* de um processo de acirramento que se acumulou nos últimos anos. A animosidade entre os operários e os vigilantes crescia dia após dia, e a direção da empresa, ao invés de combater as causas, preferiu amenizar os efeitos dessas desavenças. Quando os tumultos nas portarias apontavam na direção de um confronto, a empresa solicitava o apoio do Destacamento de Polícia, também precário na cidade, que não conhecia outra forma de convencimento senão através do uso da força. As doze horas que antecederam o conflito foram decisivas para a organização da resistência. Com base no depoimento de Edson Farias, podemos interpretar a importância dessas horas.

Paulo Roberto - E NINGUÉM CONTROLAVA ISSO NÃO?

Edson - As portaria não controlava, então o que a Usiminas fazia? Ela pedia o policiamento, o policiamento então... junto com o setor de vigilância dela... que não

¹¹² Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Moacir Lacerda, na residência do entrevistado, em 29 de junho de 2005.

¹¹³ PORTELLI, Alessandro, op. cit., p. 34.

era pessoal qualificado... ela fechava as portaria todas e em cada blitz, só saía o pessoal todo por uma portaria. Então ali ficava... aquele batalhão de gente que eu não sei de onde é que vinha, se vinha de Governador Valadares... se vinha de Belo Horizonte... só que era muitos policiais, e todos eles fortemente armados. Então ali eles dava blitz no pessoal todo, então ali, no final das blitz

Paulo Roberto - E ESSE PESSOAL DA POLÍCIA QUE CHEGAVA LÁ ERA... A USIMINAS QUE CHAMAVA?

Edson - A gente não sabia ao certo, **mas tudo ali tinha o dedo da Usiminas**. Até fora da Usiminas... os policiais quando dava blitz nos setores lá da cidade... tinha o dedo da Usiminas, porque nós funcionários se estivesse com o crachá, o cara dava a blitz e tava liberado, mas se não tinha o crachá... se não tinha uma carteira profissional... eles levava a gente lá pra delegacia, para averiguar o que tava fazeno, porque tava ali... e muita das vez... ele entrava no pau.(grifo meu)

Paulo Roberto - E NO DIA QUE ACONTECEU ESSE MASSACRE MESMO... MAIS BARRA PESADA... QUE TEVE ATÉ TIROTEIO, VOCÊ ESTAVA LÁ? VOCÊ CHEGOU VER, PARTICIPAR?

Edson - Lá aconteceu o seguinte: ao longo do tempo lá... nós... quando a Usina começou a funcioná... em novembro de 62, funcionou o primeiro Alto-forno... em novembro, nós recebia de 20 a 30 litros de leite por setor. A maioria de nós era jovem e não era chegado a leite... (risos) **a gente dava o leite para os funcionário casado**, então os funcionário levava o leite ou na sua marmita... que trazia marmita de comida, alguns não queria comer no restaurante dela, ou litro... Mas quando chegava nas portaria, esse leite era despejado pelos vigilante no chão... Ali foi criando revolta pois a vigilância. (grifo meu)¹¹⁴

Nesse ponto da entrevista, Edson deixa transparecer um sentimento de solidariedade, que parecia consensual entre os operários: como os solteiros não fariam uso do leite, ele estava disponibilizado para os casados, que tinham famílias para sustentar.

Paulo Roberto - E PORQUE OS VIGILANTES FAZIAM ISSO?

Edson - É porque tinha uma determinação de chefia... que nada... até um pedaço de lâmina de serra, não podia – até hoje... – não podia sair. Hoje é a mesma coisa, se alguém sair com pedaço de lâmina de serra ou... pedaço de pedra de esmeril, é a mesma coisa que... se ele levasse..., (PR – um gerador nas costas) é. Então lá era desse jeito... Isso aí e outras coisa mais... eles desacatava a gente... a gente desacatava eles. E a nossa portaria, quando eu mudei para Santa Mônica... era a portaria que hoje ela dá mais ou meno em frente ao shoppin ali... A portaria nossa era aquela ali... a gente tinha bicicleta, a gente saía ali... e a gente começava a pegá no pé dos vigilante. E um belo dia lá... o pessoal do turno saía às dez horas da noite... andou encrespando com a vigilância.

Paulo Roberto - POR CAUSA DO LEITE?

Edson - Por causa do leite e por causa de mais alguma coisa... desacato também... e o pessoal não deixava por menos... tinha que ficar criticando os vigilante. O vigilante era massacrado de todo jeito. Se fosse bom... era massacrado, se fosse ruim... era massacrado, então era o dia a dia da peãozada lá... ele queria vê o vigilante irritado... e a maioria era jovem, solteiro, então num belo dia lá eles – o que aconteceu o

¹¹⁴ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

*massacre no dia seguinte – o pessoal então chamou a polícia e falou com ela: **o pessoal do Santa Mônica é que fez baderna aqui.** Então a polícia subiu lá pra caçar os bichos e ali... ela desceu... como diz o meu pai... “o produto do Amazonas em todo mundo” (risos) sem saber o que tava acontecendo com eles. Desceu o produto do Amazonas em todo o mundo. Inclusive na parte de baixo do alojamento, ali tinha um alojamento de madeira que era da Chicago Bridge, que depois foi desocupado e muitos dos colegas nossos – da Usiminas – moraram ali, e teve um que escondeu... para não apanha... escondeu dentro da caixa d’água. Caixa d’água potável. Inclusive depois foram feitas várias sátira... até flâmulas e outras coisas mais com o cara dentro da caixa d’água. A polícia procurando a vítima. E aí depois subiu o carro de bombeiro lá... foi apedrejado o carro de bombeiro... os policiais... a maioria dos policiais ali andava a cavalo porque tinha muito mato ali... muito colonhão. Ali não era arborizado igual é hoje... Apareceu diretor da Usiminas lá e foi apedrejado também, então foi uma confusão violenta lá. Aí no dia seguinte, no Santa Mônica onde eu morava lá, o pessoal nos acordou mais cedo e falou assim: olha ninguém vai trabalhar hoje, a gente vai pra portaria e vai fechar a portaria hoje. E aí aconteceu.... **Ah! Lembrei agora! Um dia antes do massacre, lá no Santa Mônica, quando os cavalo aproximaram lá do pessoal... no meio nosso tinha um corneteiro... ele tinha uma corneta... então ele deu o toque de recolher, os cavalo não conseguiram subir mais, é onde a polícia então... eles ficaram mais revoltado porque os cavalos não obedecia, porque os cavalo da polícia são cavalo treinado e tudo... então o cara dava o toque de recolher e os cavalo não prosseguia a subida, eles... o negócio deles era retornar.** (Grifo meu)¹¹⁵*

A espontaneidade do entrevistado pode ser constatada neste trecho da conversa: “a gente vai lá pra portaria e vai fechar a portaria hoje, E aí aconteceu... **Ah! Lembrei agora! Um dia antes do massacre, lá no Santa Mônica, quando os cavalo aproximaram...**” É provável que, durante todo o tempo de contato com Edson Farias, esse tenha sido o momento mais significativo do encontro. Ele relembra de um fato muito marcante naqueles trágicos dias, tanto que sua emoção aflora, seu tom de voz aumenta e, através dessa inflexão, relata, com uma emoção indescritível, a atuação do corneteiro. É como se ele lembrasse que, naquele momento, todos jogavam as esperanças no corneteiro, a única forma de resistência disponível contra a ação truculenta da polícia. Esse relato remete à leitura, no início deste capítulo, do poema de Bertold Brecht: “De quem depende que a opressão prossiga? De nós. De quem depende que ela acabe? Também de nós.”¹¹⁶ Os indícios apontam para uma direção: os trabalhadores não estavam mais dispostos a aceitar passivamente a opressão da polícia, do Setor de Vigilância, ou da chefia da empresa.

(Edson continua) Chegando na portaria, ali perto de onde é o shopping hoje... ali era a portaria... era a portaria do pessoal do transporte da Usina... e recebimento de material..., era tudo ali... Tudo que era material que chegava pra Usina, primeiro tinha que passar ali... era uma área grande mas tudo em madeira, ali era o escritório. Então nós ficamos, ali passava a MG-4... igual passa hoje ali... ali era cerca aberta... a linha da Vale era um pouco alta, ela dava uma diferença de nível do asfalto... pra linha... dava um desnível ali de mais de meio metro ali... Então nós chegamos primeiro ali... e num deixamos ninguém entrar e outros partiram para as outras portarias, e...

¹¹⁵ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

¹¹⁶ BRECHT, Bertold, op. cit., [s.d.], p. 61.

Dia 7 de outubro de 1963, 8 horas. O palco estava armado para o confronto de forças, pois, na noite anterior, a polícia já tinha feito uma demonstração do que estaria por vir. Ao referir-se aos acontecimentos dessa noite, anterior ao massacre, o Jornal Estado de Minas veiculou matéria sobre o assunto na edição do dia 1º de junho de 2003.

*Na véspera do Massacre de Ipatinga, um domingo, o padre Vidigal, vigário da cidade tentou, a todo custo, evitar o pior. Foi ele quem intercedeu em favor dos trabalhadores entrincheirados no alojamento Santa Mônica. **Lá moravam cerca de 2 mil funcionários da Usiminas.** Sua intermediação também foi decisiva para que os presos do alojamento Chicago, localizado próximo dali, fossem libertados, já na madrugada de segunda-feira. Na manhã daquele fatídico dia, padre Avelino fez vários apelos ao tenente Jurandir Gomes de Carvalho a fim de que evitasse o uso da força para dispersar a concentração dos trabalhadores em frente ao portão da Usiminas. Foi ele também que, ao perceber o agravamento da situação, dirigiu-se ao escritório central da Usiminas em busca de uma solução para o conflito que se avizinhava. “Havia disposição para negociar. O que não houve foi tempo”.¹¹⁷ **(grifo meu)***

Ao considerar esse cenário de confronto, é possível verificar que da mesma forma que a Usiminas não estava preparada para receber esses milhares de trabalhadores, por não ter dotado a região da infra-estrutura mínima, também não estava preparada para lidar com movimentos reivindicativos por parte desses trabalhadores. Todas as vezes que acontecia um princípio de tumulto, a Polícia (também despreparada e insuficiente) era chamada para conter os possíveis excessos. A classe trabalhadora de Ipatinga estava indiretamente vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores de Timóteo, cujo Presidente, Geraldo Ribeiro, foi chamado ao palco dos acontecimentos, na expectativa de promover a conciliação após os embates mais significativos. Esses embates foram vistos por Moacir Lacerda da seguinte forma:

Paulo Almeida – E O TAL MASSACRE Sr. MOACIR?

Moacir - O massacre....então começo esse caso aí, com pessoal, eu até desviei um pouco....

Paulo Almeida - NÃO....NÃO...

Moacir - Lá na..... o pessoal....a cavalaria vinha, investia com os cavalo os soldados.....o pessoal jogava pedra, gritava né....então os cavalo voltava.....mas nós não sabíamos o que pessoal do alojamento de baixo, de madeira.....Chicago Brijer...era gente chamava, por causa de empreiteira que construiu, esse alojamento, e tava passano, no dia seguinte quando nos fomo sabe, que esse pessoal que foi preso lá, foram levado pra perto da....do prédio do sindicato....prédio num era no Horto ali, Bom Retiro não.....era na....ino pro Bom Jardim, era de madeira.....puseram os cara lá.....pisaram em cima do pessoal, foi desse jeito....aí, amanheceno o dia.....Ipatinga não tinha sindicato, o pessoal sindicalizado era filiado ao sindicato de Acesita, em Timóteo, então o presidente na época era um tal José Geraldo, Geraldo Ribeiro.....isso mesmo.....foi lá e pediro calma pro pessoal de manhã cedo, ficou aquele alvoroço, ficou

¹¹⁷ FREITAS, Marcelo. A história precisa ser reescrita. **Estado de Minas**, 1º de jun. de 2003, Política, p. 10.

sabendo do pessoal que tinha sofrido, do alojamento lá de baixo, ficou aquele alvoroço, o pessoal começo de manhã cedo, começo a chegá gente.....era na segunda-feira, chegá gente que vinha de Timóteo, vinha de Coronel Fabriciano,

Paulo Almeida - NÃO MORAVA LÁ E IA TRABALHAR.....

Moacir - Vinha da Candangolândia, Maringá....é....e viram aquele alvoroço foram parando o caminhão porque não tinha jeito de passá, fecharam o asfalto e a polícia na época tinha um caminhãozinho alugado, um caminhãozinho opel, não sei se se conheceu, era um caminhão de ¾....né....num é grande é pequeno, que fazia mandato da polícia, era alugado pra polícia.....nisso tá aquele alvoroço de gente, já era umas 8:00 horas da manhã, eu tava perto do distrito da Vale, distrito da Vale era um distrito alto, grande porque carrega muito peso lá, passa muito peso....né....muita carga, aí o pessoal começo a sentá no trilho, não deixava nem o trem passá....aquele mundo...tava cheio de gente, em frente onde era a garagem....né....a garagem.....que tinha aqueles caminhão transporte, que ia pegá carga lá.....nisso esse caminhãozinho chega e para e pessoal vindo do outro lado....de Timóteo, de Coronel Fabriciano, dos bairro de Fabriciano, que tava na área de Ipatinga mas pertencia a Fabriciano e não sabia o que era, todo mundo tentano vê quê que era né, aí foram desceno, desceno, nisso chega o caminhãozinho opel da polícia, com cara de metralhadora, tripé em cima do coisa, fuzil, revólver, em cima do caminhãozinho.....nisso aquele pessoal ajuntano, ajuntano.....tinha muita valeta aberta, aqueles mundo de terra, aí nisso depois de certo tempo, um lá joga uma pedrinha na polícia.....aquele alvoroço de gente, outro começa a jogá.....começa a chovê pedra em cima deles, torrão né, torrão de terra.....eles abre fogo no pessoal, de metralhadora.....tinha aqueles cara com bandeira, aqueles pessoal protestano, agitano.....sei lá....com bandeira **tal** e eles metralhamo todo mundo.....eu pulei nos trilho, deitei atrás dos trilho, tinha uma valetazinha, muita gente pulando dentro da valeta e tinha gente quase sendo soterrado, porque o pessoal pisava no monte de terra ao lado, e o cara lá abaixadinho assim, eu não vou pulá dentro da valeta.....que eles chegam aqui corta tudo no tiro, aí eu rastejano, eu tava novo num tinha nem 22 ano, saía rastejano assim, e a bala comeno.....aquelas bala passava por cima da minha cabeça....igual esses besouro mangão que tem nas flor.....pruuuu.....pruuu.....desse jeito....queles tiro....e tinha um cabo lá com 45, a polícia usava 45 né, catano assim um por um assim, os cara deitaram né, aqueles cara em pé aqueles morreram.....então é....eu consegui corrê, muita gente foi pro Horto, que é logo assim uns 300 a 500 metro da garagem, não sei se ocê conheceu lá essa área, ficou (.....), todo mundo assustado.....aí por fim o carro da polícia foi embora, eles subiram o caminhãozim, o caminhãozim num quis pegá, tiveram que empurrá....e....o cara.....o motorista afobô né, na hora lá, deixô o caminhão afogá....aí eles fugiram pra Ipatinga, tinha asfalto....dizem que tinha um ceguinho lá, atiraram no ceguinho.....atiraram no ambulatório da usina que é ali perto do....do escritório central né, e sumiram pra Ipatinga, e o pessoal de Ipatinga ficou sabeno, o pessoal que morava em Ipatinga.....tudo é Ipatinga....mas lá eles fazem diferenciação do centro, como sendo Ipatinga só ali.....então início....rebutaram a cadeiazinha tinha lá, soltaram os preso tudo, o povo né e quebraram com a cela e quebraram tudo....e a polícia sumiu, e nós ficamo lá de dia....antes disso eu voltei na área lá do tiroteio, tinha lá marmita, chinelo, sangue espalhado.....dizem que morreu quatorze né.....não tinha hospital em Ipatinga, hospital só em Coronel Fabriciano....é....14 km, 13...14 km....esse caminhão Scania, aqueles caminhão....o pessoal pegava o pessoal e jogava em cima do caminhão.....pra mim morreu uns 30, eles fala em 14.....então foi tudo pro hospital, aqueles ferido, matô muita gente....aí nos voltamo lá, tinha lá marmita, chinelo, sapato e bicicleta....tudo lá jogado no meio do sangue, aquela confusão....e nisso, depois do almoço, aí o bandeirão.....servia de manhã, leite, café, pão com manteiga....**aí eles nem pegava vale, a gente tinha um valezinho, pra pagá com valezinho** né, é serviu todo mundo tal....e ficou ali o pessoal zonzano por ali....no dia seguinte, o pessoal foi só (.....) pro alojamento lá no Santa Mônica, era uma grota....saiu a onda lá que tinha polícia em cima dos morro....lá de cima eles podia atirá na gente, o pessoal não abria janela....de jeito nenhum.....só pra dormi, tomá banho e dormi....e....e no dia seguinte,

voltamo...vamo lá pro Horto....vão tudo pro Horto.... e no dia anterior. (Grifos meus)¹¹⁸

De um lado, os trabalhadores revoltados com as péssimas condições de vida no local, baixos salários, alimentação de péssima qualidade e tratamento truculento praticado tanto pela Polícia quanto pela Vigilância da Usiminas. Indignados com tal situação, principalmente ressentidos dos acontecimentos da noite anterior e em número muito maior que o dos policiais, eles iniciaram uma provocação, jogando pedras na Polícia. De outro, os soldados acuados diante da multidão, receosos de uma agressão iminente, reagiram preventivamente, obedecendo ao comando do Tenente Jurandir: “senta a pua, moçada!” O resultado dessa ordem está presente hoje no imaginário da maior parte da população do Vale do Aço. Segundo o depoimento de diversos agentes presentes no local, o massacre resultou em dezenas de mortos e centenas de feridos; entretanto, os dados oficiais relatam apenas sete mortes.

Além de um soldado sobre o caminhão, operando uma metralhadora tripé, mais 16 soldados portavam metralhadoras manuais e armas de menor porte. A primeira rajada de metralhadora aconteceu e, a partir daí, o tiroteio sobre a massa humana desarmada atingiu dezenas de trabalhadores. A Revista do SINDIPA trouxe o depoimento de Geraldo Ribeiro, na época Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo e que fora chamado na manhã do dia 7 de outubro para assumir a liderança do movimento, assim como intermediar as reivindicações na condição de interlocutor entre os trabalhadores e a empresa. Geraldo afirma:

“Eu me dirigi para o escritório da Usiminas. Eu, o padre e mais seis operários, numa comissão para tentar demover o capitão a tirar a polícia do local. Mas, infelizmente ele era um homem truculento, um homem violento, um homem que não gostava de paz, ele só queria a guerra. E aí nós tentamos de todas as formas, ficamos quase duas horas em reunião.” Depois dos esforços de negociação, Ribeiro conta que foi dada a ordem, possivelmente de retirada, mas aí, aconteceu o imponderável: “por infelicidade, o caminhão não pegou. Os soldados tiveram que descer para empurrá-lo. E com aquele movimento todo, o pessoal revoltado com o que tinha acontecido naquela madrugada, começaram a atirar pedras e ali eles começaram a disparar a metralhadora. Um pouco antes disso, quando subi na cancela para falar com os operários, o soldado que estava com a metralhadora, girou-a para o meu lado. Este mesmo soldado, logo depois metralhou nossos companheiros sem dó nem piedade. As pessoas correram, muitos

¹¹⁸ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Moacir Lacerda, na residência do entrevistado, em 29 de junho de 2005.

*foram feridos na perna, em tiros rasantes. Mas quem mais matou foi um cabo que atirava na cabeça com um revólver 38, ele atirava na cabeça. Várias pessoas foram mortas com um tiro de 38. Depois do escritório da Usiminas tinha um ponto de ônibus, onde estava uma senhora. Quando ela viu o caminhão vindo atirando ela saiu correndo e estava com uma criança nos braços. Eles atiraram nas costas da mulher, a bala atravessou o corpo da mulher se cravou na coxa da criança. Essa criança morreu no hospital.*¹¹⁹

O depoimento anterior, de Moacir Lacerda, demonstra, com muita lucidez, os acontecimentos que transformariam as relações entre os diversos grupos sociais existentes em Ipatinga, a partir desse marco de memória. Nas palavras de Alessandro Portelli, “um fato específico na memória de todo o povo”, no caso, o massacre.

Na segunda-feira, a empresa promoveu sua primeira mudança de postura. Para muitos trabalhadores, a atitude tomada pelos vigilantes do refeitório soou mais como uma confissão de culpa, pois sequer o vale do café da manhã foi recolhido por eles, nas palavras de Moacir Lacerda **“aí eles nem pegava vale, a gente tinha um valezinho, pra pagá com valezinho”**. Os operários recebiam mensalmente os vales para o café da manhã, almoço e jantar, cujo recolhimento era feito no momento de tomarem as refeições. Nesse dia (8/10), a manhã estava diferente, os vales não foram recolhidos, o café foi um brinde da empresa. Brinde a quê? À dispersão dos trabalhadores? Ao sucesso das operações militares? À decisão de reforçar o cerco de combate à resistência que poderia se organizar a partir do massacre? São perguntas para as quais não foram encontradas respostas, mas, através delas, foi possível perceber que algo já estava mudando a partir de 8 de outubro de 1963.

O compromisso maior da Direção da Empresa era com a produção e, aos olhos dos capitalistas, o episódio deveria ser tratado de forma a não comprometer os níveis de produção e não impedir o crescimento dessa perspectiva. Entretanto, várias posições antagônicas foram *pinçadas* da alteridade étnica, política e cultural da população de Ipatinga, exceto um novo dado observado a partir de 7 de outubro: o trabalhador demonstrou que era capaz de reagir. Estava feita a primeira fissura na base hegemônica de controle social. A comprovação dessa afirmativa pode ser observada na mudança de comportamento dentro e fora do ambiente fabril, especialmente nos esforços envidados no sentido de obter-se uma nova organização social a partir do massacre.

Em um curto período de tempo, duas datas de grande importância marcaram a história da cidade e do povo ipatinguense. A primeira delas, também a mais significativa, foi o 7 de

¹¹⁹ SINDIPA, Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, **40 anos de História**. p. 15.

outubro de 1963, data do massacre sobre os trabalhadores e a segunda foi o 1º de maio de 1965, data em que se observou a grande demonstração de força do novo regime. Vale ressaltar que, entre essas duas datas, aconteceu o golpe militar em março de 1964 e a emancipação do município no dia 28 de abril de 1964. Nesses sete meses, constatou-se a grande mudança sugerida nos parágrafos anteriores. A partir de observações do cotidiano das pessoas, a empresa abandonou o uso da força e adotou um arrojado programa de controle social do trabalhador, contemplando a racionalização do sexo, do álcool, além de optar pela disciplinarização dos operários e de suas respectivas famílias. Esse controle visava, sobretudo, a evitar qualquer tipo de manifestação vista pelo poder como *articulações conspiratórias*.

Sob o pretexto de eliminar a “ameaça vermelha”, o novo regime desencadeou uma gigantesca operação de caça aos “subversivos” na região, tirando de circulação os comunistas, elementos ligados ao PTB e outros ligados ao “Grupo dos Onze” de Leonel Brizola. Esse tipo de “patrulhamento ideológico” foi atuante no interior da empresa. Nas palavras de Nelson Ribeiro, o DOPS fez uma “varredura” dentro da empresa, após o conflito.

As chagas do massacre permaneceram abertas durante longos anos, especialmente aqueles cobertos pelo manto sinistro da ditadura militar. Naturalmente a população criou um ódio singular a todo elemento coberto por uma farda, e os moradores olhavam para os policiais como se todos eles fossem responsáveis pelas mortes de sete de outubro. Aqueles envolvidos no massacre foram conduzidos a Belo Horizonte para responderem a um Inquérito Policial que não serviu como punição a nenhum dos envolvidos na chacina e, em substituição a esses, foi deslocado um destacamento de policiais da cidade vizinha de Governador Valadares, chefiado pelo temido Tenente Xavier.

Uma das formas encontradas para apresentar um policiamento mais ostensivo na cidade foi através do uso da cavalaria, que, além de demonstrar força, provavelmente serviria para dar celeridade a uma fuga na eventualidade de uma revolta contra esses policiais.

Essa aversão popular aos policiais da região contribuiu para uma identificação através de nomes pejorativos: *samango*, *meganha*, *macaco*, *bate-pau*, mas nada irritava mais os policiais que ver alguma pessoa com a mão fechada, erguer o polegar e perguntar: “Tá tinindo?” Para o termo existe uma explicação: quando os policiais da cavalaria corriam, as esporas resvalavam no chão, provocando um tinido característico. Os trabalhadores eram alertados pelos demais através de uma senha: eles gritavam: “tá tinindo”, ou seja, “os samangos tão chegando”.

Paulo Roberto - EU QUERO PERGUNTÁ UMA COISA PRO SR.....SR. LEMBRA É COMO QUE SURTIU AQUELE NEGÓCIO QUE O PESSOAL FALAVA....TÁ TININDO?

Moacir Lacerda - É por causa da cavalaria....eles usava espora né.....quando eles andava....tava a pé....aquilo fazia tilim...tilim....tilim....então as esporas tá tinindo.....tá tinindo....porque a polícia tava vino....tá tinindo....¹²⁰

Virgílio Rocha confirma e acrescenta:

Paulo Roberto HUMMMMMM... O CAVALO PISAVA NELE?

Virgílio Rocha - Tinha algumas coisas que eu não vi acontecer... mas ouvi muito... as vezes o cara... a polícia falava assim... corre... aí o peão começava ele... para se não eu atiro. E lá tinha realmente.. tinha um certo horário... ali pelas nove e meia dez horas, se você fosse pego andano na... na rua eles abordavam com... com ênfase... O que qui ce ta fazeno na rua? Tinha é... toque de recolhê mesmo... o negócio tava ficano muito sério. Parece que com... com a série de reclamações sobre a... a... aquela situação dos cavalos, tiraram os cavalos e.. e.. o soldado da cavalaria... se tirasse os cavalos eles... eles só andam uniformizados de acordo com a montaria.. então eles andam de esporas e aí na ocasião... que eles... é... eles ficavam fazeno um policiamento... é e as esporas, elas são muito bem cuidadas que é um negócio que a gente até... tem que valorizá... que elas são.. tudo são.. lustrados, brilhando... como aquelas rosetas... elas... elas... no andar elas giram... e como ela desce um pouco... **ela pega no chão então começo a fazer um barulhim...** e alguém disse que aquilo era um tinido... e aí o pessoal começô a... (rsss) falá... você acha graça, hoje é muito engraçado, mas na ocasião... pra quem viveu lá... nessa ocasião.. era um negócio bastante preocupante e... **ai o pessoal começo a falá “tá tinino”... tá tinino e a polícia num gostava daquele tá tinino de jeito nenhum** e a gente pra todo lado que passava ce via o cara lá diante o cara... tá tinino... e a coisa complicô né...¹²¹ **(grifos meus)**

É possível compreender, através desses depoimentos, que o policiamento em Ipatinga não gozava de qualquer tipo de prestígio e essa situação ficaria pior após o golpe, pois os militares ganharam poderes inimagináveis e a população passou a conviver com outro tipo de realidade: a repressão constante por parte do braço armado do Estado. O termo *tá tinindo* passou a ser usado como uma forma de resistência, ou pelo menos de desafio à nova ordem instituída.

A emancipação de Ipatinga aconteceu no dia 28 de abril de 1964 e o primeiro Prefeito foi indicado pelo então Governador José de Magalhães Pinto¹²². Seu nome era Délcio Baeta, trabalhava em Ituiutaba e, aparentemente, não tinha qualquer ligação com a Usiminas. Em 1965, aconteceram as primeiras eleições municipais da cidade, e o prefeito eleito foi Fernando

¹²⁰ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Moacir Lacerda, na residência do entrevistado, em 29 de junho de 2005.

¹²¹ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Virgílio Rocha, em sua residência, em Uberaba, MG, no dia 5 de maio de 2006.

¹²² José de Magalhães Pinto era Governador de Minas Gerais e sócio do Banco Nacional. Juntamente com Carlos Lacerda, compunha uma dupla de conspiradores que fazia parte do grupo de articuladores do golpe contra o então presidente João Belchior Goulart.

dos Santos Coura, filiado ao PSD e empregado da Usiminas.¹²³ É natural compreender, mediante as circunstâncias do momento, que, no primeiro processo eleitoral da cidade, a Usiminas colocasse seu prestígio na disputa pelo espaço político e essa decisão abriu um novo campo de disputas na história da cidade: a disputa pelo poder político.

Esse prestígio não foi fruto apenas de uma aglutinação natural em torno do nome apresentado pela empresa. Pode ser considerado substrato de uma política coercitiva, estruturada a partir de uma nova ordem social pós-massacre, cuja preocupação estava fortemente encravada em um aparente bom relacionamento entre empresa e empregados.

A decisão de *estreitar* os laços com os trabalhadores, ou pelo menos reduzir a distância entre as partes, envolveu uma estratégia bastante curiosa, disseminada em diversos flancos. Além de um time profissional de futebol, fundado a partir de empregados da empresa que eram “bons de bola”, ela criou a Corporação Musical Santa Cecília, uma banda de música formada também por empregados da empresa. Essa banda tinha por objetivo fazer apresentações nos bairros operários e proporcionar lazer às famílias, ainda chocadas com os acontecimentos recentes. Criou também o cinema itinerante, com a finalidade de exhibir filmes nos bairros, ao cair da noite, utilizando, como tela, a parede de uma das casas operárias.

Essa rede de diversões foi ampliada a partir do momento que em os aparelhos de televisão foram transformados em sonho de consumo da maioria das famílias brasileiras; e esse procedimento não foi diferente em Ipatinga. As primeiras lojas de eletrodomésticos da cidade facilitavam a compra dos aparelhos, cuja cobrança era processada na folha de pagamentos e os valores repassados pela Usiminas ao estabelecimento comercial.

Além do programa de televisão que levava a chancela da Jovem Guarda, responsável por embalar o sonho da juventude dos anos 60, outro que chamava a atenção da população, especialmente a masculina, era um programa de lutas-livres, patrocinado pelo Run Montilla, portanto conhecido como *Telecach Montilla*. A identificação imediata do programa com os rapazes da época fez criar diversos ícones, reverenciados como heróis: dentre eles, Ted Boy Marino, Verdugo, Leopardo, etc. A popularidade do programa e a influência de tais “*artistas*” inspiraram a criação de um programa de lutas-livres, com um ringue itinerante, nos bairros operários. Esse procedimento criou artistas locais como Zac Ney Lane, Pantera, Diamante Negro, Radar, etc. A rede de diversões estava montada de forma a agradar a maioria das pessoas e servia, ao mesmo tempo, para desviar a atenção da população, até então focada nos problemas que afligiam, ou pelo menos tocavam o seu cotidiano.

¹²³ **HOMENS em Série**, op. cit., p. 31.

A *política de pão e circo* ¹²⁴ ficou completa a partir da criação da Cooperativa de consumo (CONSUL), encarregada de fornecer gêneros alimentícios mediante desconto em folha; mas essa prática era válida apenas para os trabalhadores *fichados* na Usiminas. Em cada bairro operário, foi instalada uma filial da Cooperativa, de forma a minimizar o esforço das donas de casa que deveriam ir ao centro de Ipatinga, para comprar o necessário ao cotidiano da família.

Entretanto, não se pode creditar à CONSUL somente o nefasto papel de colaborar com a *política de pão e circo*. Ela deve ser entendida também como uma válvula de escape aos trabalhadores mal remunerados, cujos salários acabavam bem antes da chegada do próximo pagamento e que viam, na CONSUL, uma garantia para o sustento da família. Dessa forma, é natural compreendê-la como peça importante no jogo capitalista, pois, além de promover o abastecimento local, mantinha os trabalhadores vinculados e dependentes da empresa, além de impedidos de procurarem novas alternativas de emprego. As farmácias também estavam inseridas nessa prática de desconto em folha, sendo permitido ao trabalhador comprar com a apresentação da identidade funcional (crachá).

Dentre os milhares de trabalhadores que rumaram para a região, à procura de emprego, alguns foram com a finalidade buscar outro tipo de oportunidades. A família de Maria Geralda se transferiu para Ipatinga, montou uma pensão e passou a fornecer refeições aos rapazes solteiros nos fins de semana, ou fora do horário de trabalho. ¹²⁵ Posteriormente a pensão passou a oferecer também lavagem de roupas a esses rapazes e Edson Farias, um deles, namorou e se casou com Maria Geralda. Hoje, com a família formada e o marido aposentado, Maria Geralda relembra a trajetória de Edson nas diversas empresas em que trabalhou e faz abordagem sobre a importância da Usiminas e da CONSUL no cotidiano da sua família.

Maria Geralda - *Uma que foi uma mãe para ele foi a Tenenge. E de certa forma nós damos graças a Deus pela Fosfértil, mas igual a USIMINAS não existe. Porque a mordomi... eu acho que é mordomia... porque a minha mãe, a casa que ela deixô... o meu pai não era funcionário da Usiminas e a Usiminas vendeu pra ela.... Ela foi convidada a ir até o Escritório central e ela fez a proposta para ela. Então é... assim... é lógico que toda cidade que cresce, ela tem seus problemas só que eu acredito que ela era uma mã...e. Você vê que a gente morava lá, nós casamos em 65... quando*

¹²⁴ A *política de pão e circo* foi criada em Roma, durante o período republicano e tinha por objetivo manter ocupada a população romana remanescente da crise no campo. Essas pessoas perambulavam pela cidade à procura do que fazer. Dessa forma, o governo alimentava a população e, para diverti-la, promovia os jogos no Coliseu Romano, os quais envolviam luta entre gladiadores e lutas entre pessoas e feras famintas.

¹²⁵ Nos primeiros meses, o restaurante da Usiminas, conhecido como Bandeirão, entregava a refeição nos alojamentos, quando os operários estavam fora do horário de trabalho. A maioria desses trabalhadores reclamava da qualidade da “bóia”, portanto buscavam outras alternativas de alimentação.

inaugurou a Cooperativa, (CONSUL) a gente comprava para descontar em folha, remédio, comida, alimentação, a gente não precisava de ter dinheiro. Agora sai de lá pra ver. (grifo meu)¹²⁶

Se, de um lado, a empresa atuou no sentido de promover o abastecimento das famílias; de outro, além de cuidar para que, no imaginário das pessoas, fosse identificada como a grande mantenedora, deu início também ao processo de racionalização do trabalho e de saneamento dos maus costumes até então praticados por grande parte dos trabalhadores. O prostíbulo, no caso o Juá, passou a ser visto como um ambiente hostil à atmosfera familiar, um “câncer” que deveria ser extirpado do perímetro urbano.

Esse ambiente que nos anos de construção da usina, foi identificado com a diversão ou apropriado a se travarem relações sociais de toda natureza, transformou-se em ambiente perverso e corruptor de homens no imaginário das pessoas. As mulheres, conhecidas como *cambriaxas*, que outrora desempenharam um trabalho importante na construção do *eldorado* ao promover a aproximação dos operários vindos das diversas partes do país, passaram a ser reconhecidas como vadias que optaram pelo caminho de vida fácil. É possível entender que cada trabalhador tem sua importância dentro do *jogo* capitalista. Quando essa importância se esgota, ele é *descartado* como usurpador do lugar que deveria ser de outro.

O que se pode observar e interpretar, após mais de quatro décadas, é que esse período abordado foi o momento para repensar as relações e os trabalhadores, mesmo aqueles que não tinham experiência anterior, já estavam submetidos ao controle do relógio. O tempo estava racionalizado com a adoção do sistema de revezamento de turnos e os mecanismos necessários ao controle das famílias já estavam em curso no sentido de controlar as ações da sociedade. O diálogo travado entre o Professor Paulo Almeida e Moacir Lacerda dá indícios de que as mudanças pertinentes às antigas relações, já eram aplicadas nesse momento.

Paulo Almeida - NO DIA ENTÃO, NAQUELE DIA FICÔ A DEUS DARÁ, FICÔ LÁ....ASSIM, OS EMPREGADOS CONTRA A POLÍCIA? A POLÍCIA....

Moacir Lacerda - Depois....como eu tava dizeno....teve um caso tamém, um detalhe que eu esqueci de falá....foi pra lá um militar.....é delegado de captura né.....delegado militar

Paulo Almeida - AH....O QUE É DELEGADO DE CAPTURA, SR. MOACIR?

Moacir Lacerda - É que cuida de prendê os outro memo....

Paulo Almeida - AH TÁ....

¹²⁶ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG. Nesta entrevista, sua esposa, Maria Geralda, também fez o seu depoimento.

Moacir Lacerda - *Era o tenente Xavier.....diz que o tenente Xavier... ficava na entrada da zona, vestido de mendigo.....olhava quem passava, o papo do pessoal.....e chamava a polícia e mandava prendê.....ele já tava sabendo de tudo....inclusive depois da confusão, que a polícia tento invadi.....no dia que começo a confusão.....apareceu tanta arma lá no Santa Mônica.....eu não sabia quem tinha, mas é que a polícia chegava lá de vez em quando.....aliás minto....chegava uma...como é que eles convocam o pessoal, como é que fala....intimação.....pra comparece a delegacia....chega lá.....o tenente, chega e fala assim.....cê tá com revólver tal....tal....tal.....no seu alojamento....se entrega aqui ou quê nos vamo lá busca.....o cara não eu trago, ia lá e entregava.....(grifos meus).¹²⁷*

As constantes batidas policiais no Juá espantaram boa parte dos clientes e enfraqueceram o movimento na vida noturna. Várias mulheres, algumas com o físico debilitado pelas constantes jornadas noturnas e uso exagerado de bebidas, desencantadas com o pouco dinheiro que *pingava* a troco das suas atividades, voltaram às suas cidades de origem. Outras buscaram novas oportunidades em outras cidades, pois, em Ipatinga, a *fonte tinha secado*.

Além de um rígido controle dos trabalhadores, constatado nas constantes batidas da polícia no meretrício, a fala de Moacir Lacerda aponta também para um patrulhamento mais intenso nos alojamentos. Entretanto, há que se considerar que um trabalhador ordeiro e consciente dos seus deveres para com o empregador não se envolveria facilmente com o tipo de armamento citado por Moacir. A existência de armas nos alojamentos do Santa Mônica foi constatada, porém é necessário salientar que a construção de um discurso em torno desse fato, dando visibilidade à arma, ou às armas como se fosse um verdadeiro arsenal de guerra, serviu de ponto de partida na tentativa de contrapor a construção de um imaginário em torno do massacre. Uma tentativa frustrada de dizer que a polícia apenas se defendia preventivamente de um arsenal apreendido, que serviria *sabe-se-lá pra quê*.

Antes da chegada dos trabalhadores, que compunham o corpo de operários da Usiminas, não se tem registro dos mecanismos oficiais de controle social. Eles ganharam visibilidade a partir da inauguração da empresa e agigantaram-se depois do massacre. A partir desse marco, o controle saiu da fábrica e abarcou a sociedade, criando o que Antonio Gramsci considera como:

[...] uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho. Por outro lado, é necessário encaminhar esta regulamentação e a criação de uma nova ética. Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de ‘puritanismo’ assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas, A verdade é que não se pode

¹²⁷ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Moacir Lacerda, na residência do entrevistado, em 29 de junho de 2005.

*desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado.*¹²⁸

Ao acentuar a tentativa que os empregadores fazem com objetivo de melhorar o conceito de organização humana para o trabalho, Gramsci contribui para a compreensão do que acontecia em Ipatinga a partir do massacre. A Usiminas passou a racionalizar as ações dos trabalhadores em todas as esferas da sociedade. No ambiente fabril, criou-se um clima de competição, ao confinar os trabalhadores em dois guetos produtivos específicos: aqueles que tinham qualificação e os que não tinham. Godelier contribui para a compreensão dessa divisão da seguinte forma:

*Mas o trabalho dos engenheiros, na maior parte dos casos, não se reduz ao seu papel directamente produtivo. Consiste igualmente numa actividade de supervisão e de direcção dos trabalhadores, que permite ao capital tirar o sobretrabalho destes, em suma, de os explorar. Donde o carácter híbrido, contraditório da sua actividade e da sua situação enquanto classe, pois compreendemos muito bem que nos ‘serviços’ que eles prestam ao capital, não na produção mas na reprodução das relações de produção e de exploração, o seu salário pode conter como preço desses serviços uma fracção da mais-valia apropriada pelo capital, e que este lhes redistribui.*¹²⁹

Os trabalhadores que tinham qualificação recebiam, nas respectivas carteiras profissionais, registros específicos tais como: líder de grupo, supervisor, chefe de seção, etc.; enquanto os não-qualificados sequer tinham seu registro articulado com sua profissão. Um operador de guindaste, um eletricitista industrial ou um instrumentista, todos eram reconhecidos e registrados apenas com o título de “operador”. Instalava-se, a partir dessa decisão, um instituto denominado *meritocracia*, fator estimulante à competitividade entre os próprios trabalhadores. Mudar o título na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) importava, necessariamente, em mudar de função dentro do quadro hierárquico da empresa.

Por outro lado, esse tipo de registro, muitas vezes, dificultava ao trabalhador uma eventual busca por outro emprego através do qual pudesse obter um salário mais digno. Como ele explicaria o fato de ser motorista e, na carteira profissional, estar registrado como operador? Óbvio que um teste indicaria a veracidade das suas palavras, mas, em certos casos, dificultava uma nova relação empregatícia. Além disso, a Usiminas criou acordos bilaterais com outras empresas, cujo escopo era o de não aceitar trabalhadores que se demitissem voluntariamente de uma das empresas acordadas. Essa atitude tiraria o estímulo do operariado a abandonar seu posto de emprego, isto é, uma forma de manter-se sob inteiro controle da

¹²⁸ GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. Cadernos do cárcere, n.22, 1934.

¹²⁹ GODELIER, Maurice. Trabalho. In: Romano, R. (Org.) Enciclopédia Einaudi. V. 7. Modo de produção/desenvolvimento/subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p.

empresa; o que Gramsci definiria como “um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada de produção.” Os acordos, no sentido de assegurar a mão-de-obra também não foram desenvolvidos na década de 1960. Eles podem ter sido modernizados sob o comando de uma empresa de grande porte, no caso a Usiminas, com a finalidade de garantir seu todo orgânico. Ao analisar a formação da classe operária inglesa, Thompson pontua elementos que permitem entender que tal procedimento, desenvolvido ao longo do século XIX, faz-se presente no século XX.

*É inútil insultar nossa inteligência com a observação de que estes homens não são livres, que a lei protege igualmente o rico e o pobre, e que o fiandeiro pode deixar seu mestre, se não lhe agrada o salário. É verdade que ele pode, mas para onde irá? Certamente a um outro. Bem: ele vai; ser-lhe-á perguntado onde trabalhou anteriormente - ‘você foi despedido?’ Não, nós não concordamos a respeito do salário. Bem, não vou empregá-lo nem a ninguém que deixa seu mestre desta maneira.*¹³⁰

Enquanto as portas se fechavam a qualquer outra perspectiva de emprego com um salário maior, no ambiente fabril, os mecanismos de “domesticação” e hegemonia se consolidavam e reduziam o trabalhador à condição de um *gorila amestrado*.¹³¹ Por outro lado, no ambiente externo, o cotidiano da sociedade se *afunilava* em direção a um período obscuro para a maior parte da população brasileira. Oficialmente, no dia 31 de março de 1964, os militares assumiram o comando da nação e provocaram grandes transformações nas relações de trabalho, e, sobretudo nas relações sociais.

A Usiminas ganhou visibilidade como uma das mais importantes empresas dentro do processo de industrialização no plano nacional, principalmente por fornecer aços planos, matéria-prima necessária ao abastecimento da indústria automobilística. Até então, a produção nacional de aço estava dependente de duas empresas: CSN e Usiminas. Interromper a produção em uma dessas empresas, implicaria comprometer a recém-instalada indústria automobilística. Dessa forma, considerando os acontecimentos recentes que culminaram no massacre, o regime militar optou por controlar diretamente as ações dos trabalhadores nesse setor da economia, especialmente em Ipatinga, por razões óbvias.

No dia 28 de abril de 1964, o arraial foi emancipado. Um ano e dois dias depois, no dia 1º de maio de 1965, data estrategicamente escolhida, o regime deu a primeira grande demonstração de força, e o palco escolhido para essa operação de guerra foi Ipatinga. Os operários da Usiminas criaram a Associação de Trabalhadores com vistas a sua transformação

¹³⁰ THOMPSON, E. P. “Exploração”. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. V. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 24.

¹³¹ GRAMSCI, op. cit., p. 272.

em sindicato, e a movimentação dos operários, nessa direção, *alavancou* outro tipo de operação por parte do poder instituído. Os trabalhadores almejavam a criação de um órgão reivindicativo que realmente representasse seus interesses. A verificação da necessidade de criação da associação presume o crescimento da consciência de classe. Na visão de Thompson, “esse fenômeno ocorre quando a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra interesses de outras classes.”¹³² O crescimento dessa consciência impeliu os trabalhadores a caminharem nessa direção. Porém, no Brasil, historicamente, a pretensão de evoluir o órgão de representação da condição de Associação de Trabalhadores para um sindicato esbarra na lentidão burocrática necessária a esse tipo de transformação. Essa morosidade foi quebrada, pois a Associação foi convertida em sindicato em tempo exíguo, embora contrariasse os interesses de um grande contingente de trabalhadores, pois o órgão nasceu sob o signo do *peleguismo*¹³³.

É provável que, em toda a história do sindicalismo brasileiro, alguma autoridade do Ministério do Trabalho jamais tenha se deslocado de Brasília para proceder à entrega da Carta Sindical aos trabalhadores¹³⁴. Em Ipatinga, foi montada uma verdadeira operação de guerra, que sitiou a cidade por mais de cinco horas, período em que Castelo Branco esteve em Ipatinga para fazer, pessoalmente, a entrega da Carta Sindical. O trânsito foi interrompido na única via de acesso e saída da cidade. A MG-4 ficou interrompida na entrada de Coronel Fabriciano e, do outro lado, na saída para Ipaba. O palco reservado à realização da cerimônia foi o interior da Usiminas, em detrimento da sede do sindicato. Excetuando-se os equipamentos prioritários, o processo produtivo foi interrompido e o interior da fábrica, invadido por centenas de policiais armados de metralhadoras. O poder instituído estava dando mostra do que esperava do sindicato dos trabalhadores em Ipatinga.

¹³² THOMPSON, E. P., op. cit., p. 17.

¹³³ Pelego é uma manta utilizada no Rio Grande do Sul para domesticar cavalos selvagens. Colocada sobre o dorso do animal, ele não rejeita a sela, fato que acontece quando colocada sobre o pelo nu. Vários dirigentes sindicais são utilizados pela empresa como um pelego para amaciar a classe operária e continuar explorando sua mão-de-obra, sem que ela reaja. Por isso, a identificação de uma corrente sindical, principalmente a assistencialista, como uma prática de peleguismo.

¹³⁴ Ao criar a legislação trabalhista, Getúlio Vargas *permitiu* a criação dos Sindicatos, mas cuidou para que eles se mantivessem atrelados ao Ministério do Trabalho, órgão responsável por emitir as Cartas Sindicais e manter o controle das entidades, objetivando a eliminação das lutas de classe. Durante o Regime de Exceção, os Sindicatos foram rigorosamente patrulhados pela Lei de Segurança Nacional, que não era Lei, pois não foi votada, passou por decurso de prazo. Não era de segurança, pois provocava a insegurança, quando suscitada, e não era nacional, pois foi criada para atender aos interesses multinacionais, ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional criada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.



Foto nº 13 Castelo Branco entrega a Carta Sindical a Alberto Maciel

Fonte: Revista SINDIPA, 40 anos de história.

Em entrevista concedida à Revista SINDIPA, 40 Anos de História, Ascy Castelo, um dos dirigentes do sindicato, reeleito em várias candidaturas, faz o seguinte relato:

*Ele (o presidente da República) chegou a Ipatinga com todo aquele aparato, tinha agente de segurança em todos os lugares da cidade. Eles fecharam a entrada de Ipatinga por Coronel Fabriciano com um ônibus. Até certa hora passou carro, depois não passou mais nada. Próximo a Ipaba, interditaram a linha de trem, pegaram pranchas de madeira e instalaram canhões [...] tudo apontado para a cidade”. Ele lembrou ainda o exato momento da solenidade de entrega da Carta Sindical: - naqueles vãos que existem nas passarelas da Laminação a Quente, de dois em dois metros, tinha um soldado com a metralhadora na mão, apontada para a cabeça dos dirigentes sindicais.¹³⁵ Na hora que o locutor oficial, que eles trouxeram, anunciou a entrega, só se ouvia o barulho dos soldados armando as metralhadoras. [...] Sem entrar no mérito da simbologia de tal gesto, obviamente intimidatório, **Ascy ressaltou que era uma atitude desnecessária, até porque nenhum dirigente sindical de Ipatinga jamais havia feito qualquer declaração contra o regime militar.** (grifo meu).¹³⁶*

Ascy tem razão ao falar da simbologia do gesto, e os discursos, que se seguiriam à entrega da Carta Sindical, também confirmaram que a atitude era desnecessária.

¹³⁵ Mesmo com um Sindicato comprovadamente apoiado pelo regime, o discurso construído visa a escapar da pecha de um Sindicato pelego.

¹³⁶ SINDIPA, Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, **40 anos de História**. p. 16-17.

A Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga foi criada em 10 de julho de 1964, elegendo sua primeira diretoria, cuja presidência coube a Alberto Maciel Soares; e a proposição dos pretendentes era criar uma associação exclusivamente para os trabalhadores da Usiminas. Dessa forma, o enquadramento sindical seria feito como Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Ipatinga, entretanto a Carta Sindical abarcou uma categoria muito mais ampla que o esperado. Além de uma base territorial na qual se inseriam outros municípios sob a jurisdição sindical de Ipatinga, o Sindicato nasceu com o nome de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga. Portanto, a base do Sindicato ficou muito mais poderosa que aquela anteriormente pleiteada.

O órgão seria responsável por coordenar os trabalhadores de todas essas indústrias contempladas pela Carta, ou seja, operários das indústrias do ramo da metalurgia, oficinas mecânicas, trabalhadores das indústrias de materiais elétricos, bem como oficinas de reparos elétricos. Além de realizar as homologações referentes às rescisões contratuais dos trabalhadores das empresas citadas, o sindicato seria responsável por coordenar as reivindicações das categorias nas respectivas datas-base.

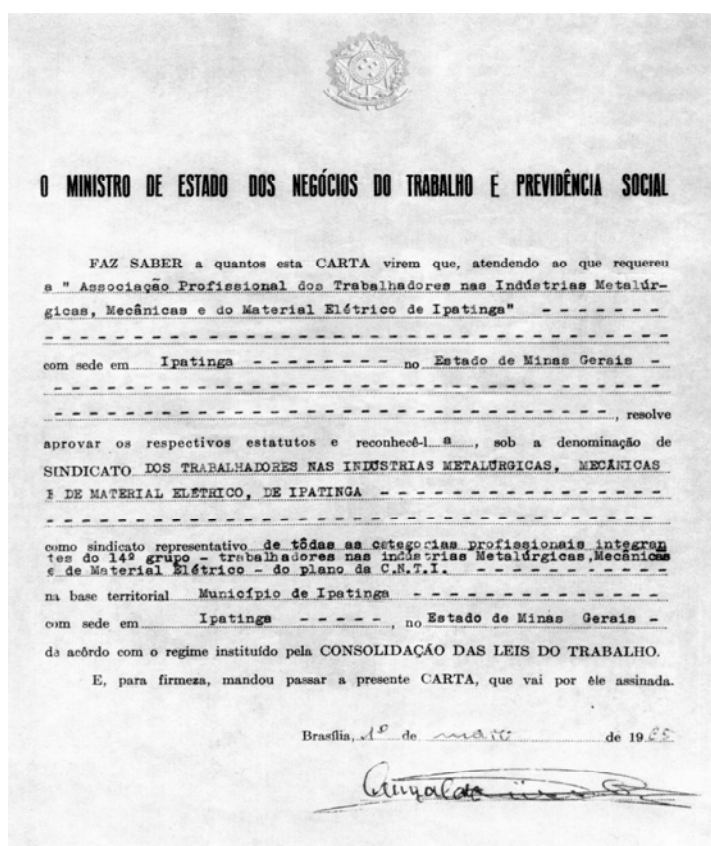


Foto nº 14 - Carta Sindical assinada por Arnaldo Sussekkind, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, e entregue pessoalmente por Castello Branco.
Fonte: Revista SINDIPA – 40 anos de história.

O jornal da Usiminas reproduziu, na íntegra, os discursos de Castello Branco e do Presidente do Sindicato, Alberto Soares. Esse veículo de comunicação interna foi disponibilizado à Revista Homens em Série. Ele nos permite compreender a nova lógica capitalista instalada no Brasil e em Ipatinga, a partir dos dois discursos.

*O Presidente Castello Branco disse, em Ipatinga, que, desejoso de participar pessoalmente das celebrações do ‘Dia do Trabalho’, não lhe foi difícil aceder ao convite para as festividades locais. É a primeira vez – acrescentou – que um chefe de Estado vem a Minas Gerais, e justamente a uma de suas regiões de maior densidade operária, para assistir às comemorações que assinalam data tão grata a toda a nacionalidade. Há ainda que acrescer a circunstância da inauguração de avançados setores industriais, que assim demonstram permanente preocupação de aprimoramento. Ampliação e aprimoramento que se verificam justamente em atividade fundamental ao nosso desenvolvimento e cujo êxito diz tão de perto com os interesses e o futuro dos trabalhadores. **Nem estes poderão ter dúvidas de que somente pela elevação e progresso da indústria brasileira, na medida em que esta vier reclamar mão de obra especializada, e, portanto, altamente produtiva, lograrão alcançar níveis salariais que devem constituir justa aspiração**”. Destacou a seguir, que **“somente uma real solidariedade entre empregados e empregadores, cada qual entregue à sua tarefa, mas todos unidos no trabalho comum de grandeza nacional, permitirá alcançar-se o ideal de uma comunidade em que todos se sintam enobrecidos pelo trabalho e por seus resultados.**¹³⁷ (grifos meus)*

Castello Branco conclamou as partes a um esforço à solidariedade. Nas palavras dele, solidariedade dizia respeito apenas ao esforço do trabalhador em dar sua constante contribuição ao crescimento industrial, restando-lhe aguardar a reclamação da indústria, que uma vez desenvolvida, exigiria mão-de-obra altamente especializada. Somente a partir dessa constatação, poderia o trabalhador reivindicar melhorias salariais. No sentido prático, percebe-se um chamamento ao trabalhador, para que este seja mais condescendente e menos exigente dentro das relações que norteariam o mundo do trabalho. Ao acrescentar “cada qual deverá estar entregue a sua tarefa, mas todos unidos no trabalho”, o orador enfatiza a necessidade de a classe dominante continuar dominando e admoesta aos *supostos dominados* a aquietarem-se no lugar onde estão confinados, ou seja, continuar desempenhando sua tarefa de produzir mais e com melhor qualidade.

Tal afirmativa coloca em evidência a interpretação sobre o discurso do General; porém, do ponto de vista do trabalhador, essa relação constituía em oportunidade de ser útil e defender sua sobrevivência. Vale ressaltar que o tempo de Castello Branco no comando da nação foi o início de um longo período de arrocho salarial. Dessa forma, uma oportunidade de emprego era o que daria segurança aos trabalhadores e seus familiares.

¹³⁷ HOMENS em Série, op. cit., p. 58.

Ao fazer a saudação ao então Presidente da República, o representante do Sindicato, Alberto Soares Maciel, também se posicionou, demonstrando com clareza, a quem o sindicato serviria:

Bem sabemos do esforço do Governo de V. Exa. objetivando recolocar o Brasil no seu devido lugar, depois de tanta demagogia, de tanta corrupção, de tanta insensatez e de tanta falta de escrúpulo. O trabalhador brasileiro acompanha com vivo interesse a tarefa moralizadora a que se propôs o seu governo e a ele empresta toda sua solidariedade, porque está certo de que assim agindo está possibilitando a vinda de dias melhores. [...] Forçoso também dizer, nesta oportunidade, Sr. Presidente da República, do perfeito entendimento aqui existente, atualmente, entre empregados e empregadores, base incontestável de progresso e desenvolvimento.¹³⁸ (grifos meus)

Os discursos não deixam dúvidas sobre as relações que seriam travadas a partir dessa operação de guerra. *O perfeito entendimento entre empregados e empregadores*, enaltecido pelo Presidente da entidade sindical, dá o tom da subserviência, na qual a classe seria inserida a partir desse encontro, sem levar em conta que o discurso está recheado de significados. Ao colocar em evidência o perfeito entendimento existente entre empregados e empregadores, Alberto Soares, naquele momento falando em nome do Sindicato, dá ao Presidente, a garantia de que a classe trabalhadora não estaria disposta a reagir a qualquer tentativa de controle imposta pelos donos do capital. As falas prenunciaram uma perfeita sintonia com o regime instalado, sobretudo no momento em que o presidente do recém-criado sindicato sub-roga-se na condição de porta-voz do trabalhador brasileiro, quando fala em nome dele.

A partir de 1964, o Vale do Aço foi submetido a uma nova ordem disciplinar jamais vista na região, e o olhar armado do poder esteve presente na perspectiva de preservar as novas relações sociais, pensadas e repensadas a partir da nova ordem política e jurídica instalada no país. Os órgãos repressores foram, paulatinamente, instalados na cidade e os que já estavam presentes, foram modernizados à luz dessa nova ordem. Um sinal claro dessas mudanças ficou evidenciado em uma nova iniciativa da empresa. No dia 22 de outubro de 1964 (um ano após o massacre), o então Presidente da Usiminas, Engenheiro Gil Guatimosim Júnior, enviou convite ao Intendente Délio Baeta Costa, designado pelo governo mineiro para assumir provisoriamente a Prefeitura de Ipatinga, contendo a seguinte mensagem.¹³⁹

¹³⁸ HOMENS em série, op. cit., p. 58.

¹³⁹ HOMENS em série, op. cit., p. 71

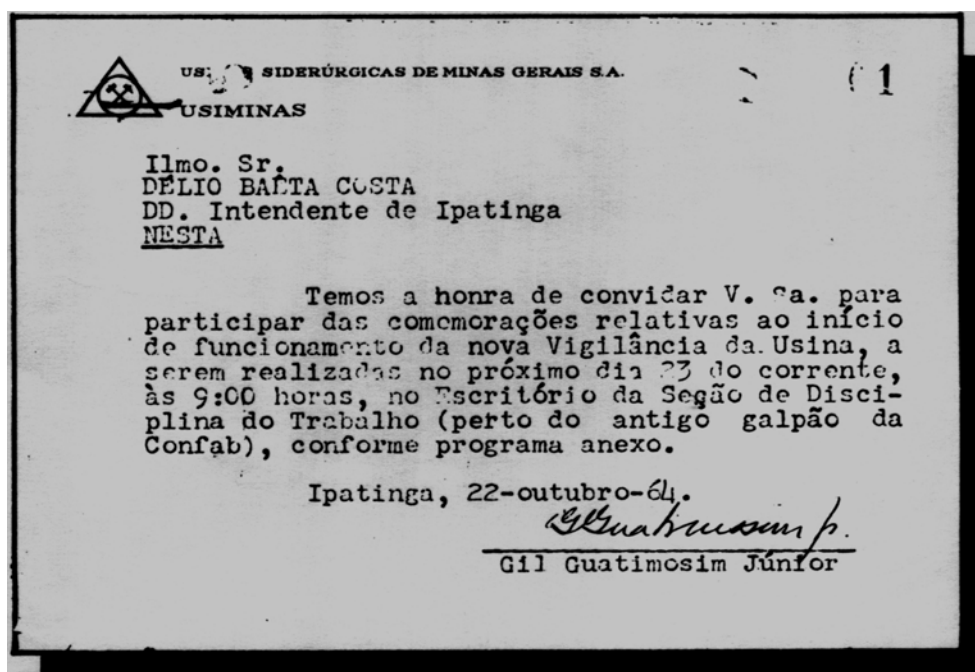


Foto nº 15 - Acervo PMI

O convite chama a atenção por dois motivos: o primeiro versa sobre a troca do Corpo de Vigilantes, identificado por boa parte dos trabalhadores como um dos responsáveis pela deflagração do massacre. O presidente da empresa procurou dar visibilidade ao evento, com um tom de comemoração como se estivesse avisando a todos que estava se *livrando* da antiga Vigilância despreparada (nas palavras de Moacir Lacerda: *Vigias, caras casca grossa pego a laço*). O evento está recheado de significados, pois prenuncia a intenção de atender aos interesses dos trabalhadores com a troca dos vigilantes. Essa troca pode ser entendida também como uma forma de buscar uma maior aproximação com os operários, distanciados da chefia desde o massacre de 1963. No sentido prático, é uma tentativa de melhorar a imagem da Usiminas não somente junto aos empregados, mas também junto à sociedade. O segundo motivo, que chama a atenção no convite, pode ser verificado no nome da seção, onde se dariam as comemorações: **Seção de Disciplina do Trabalho.** (grifo meu)

Em seu texto *Americanismo e Fordismo*¹⁴⁰, Gramsci descreve sobre os métodos sutis de controle social, desenvolvidos pela classe dominante para extrair do trabalhador o máximo que ele pode oferecer. Entretanto, tais métodos, por sua sutileza, impedem que tais controles possam ser visualizados com clareza. É o que foi feito na Usiminas, quando se criou a Seção de Disciplina do Trabalho. Gramsci contribui para a compreensão das transformações empreendidas em Ipatinga a partir da idéia de que “não haveria organização do poder

¹⁴⁰ Henry Ford foi um dos precursores da divisão social do trabalho e, através desse processo inovador, criado no final do século XIX, obteve maior produtividade na recém-instalada Linha de Produção.

moderado somente com o uso da força”. O complexo de ações culturais e ideológicas, que se desenvolveram a partir do massacre de Ipatinga, induz à constatação de que a organização do consenso abriu uma porta à direção moderada, especialmente ao levar em conta as ações sociais, cuja culminância foi o processo de resistência.

A despeito das ações truculentas, envolvendo a *caça às bruxas* tônica do regime militar¹⁴¹, desenvolvida praticamente em todo o território nacional em Ipatinga, não se pode afirmar que o uso da violência por parte do Estado tenha se consubstanciado apenas no uso da força física. Ela assumiu contornos inseridos em um processo cultural e hegemônico, e esses *tentáculos* abarcaram o âmbito social, para além das cercas da fábrica. A violência hegemônica invadiu a intimidade do lar e influenciou na mudança de costumes e das práticas cotidianas.

O trabalho do Serviço Social da empresa se fez notar em dois flancos: um no ambiente fabril, outro no ambiente externo. No ambiente fabril, o controle recaía sobre o trabalhador da seguinte forma: se, por algum motivo, o empregado mantivesse uma conduta suspeita, fora dos padrões considerados como *bons costumes* - evidentemente que pudesse comprometer os níveis de produção -, era chamado a uma conversa para descobrir as razões do comportamento fora das *convenções*. Dentre esses desvios, era comum observar se o trabalhador era *alcoólatra*, *cambriaxeiro*, *jogador*, ou se era mau para a família. Um dado importante tem que ser levado em conta: a empresa rastreava o comportamento dos seus empregados através de uma complexa rede de informações, tanto no ambiente interno quanto no externo. Gramsci esclarece essa prática por parte dos empregadores, sobretudo os industriais da América e tal esclarecimento induzem à constatação de que fato semelhante era desenvolvido também na Usiminas quando esta passou a usar o controle da moralidade. Segundo o autor,

*O modelo militar tornara-se um preconceito funesto e os exércitos do trabalho fracassaram. [...] Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’ estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.*¹⁴²

¹⁴¹ O regime militar foi instituído sob o discurso do perigo de esquerdização do Brasil. Com base nessa argumentação, desenvolveu-se, no país, um processo de silenciamento e/ou eliminação de toda voz dissonante, identificada a partir da instituição do regime como subversiva.

¹⁴² GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. Cadernos do cárcere, n.22, 1934. p. 266.

Mediante as observações, é possível compreender, levando em consideração a análise de Simone Weil, que as práticas impostas sobre a[maioria dos moradores dos bairros operários eram a razão do seu incômodo. Além disso, dá indícios do ser humano se sentir espionado e controlado pelo aparelho da empresa. Na realidade, a domesticação operária passa também pela inclusão da família dos trabalhadores nos padrões exigidos pela empresa. A oferta de uma casa e a participação do trabalhador nos lucros da empresa não *passa de uma combinação de chicote e torrão de açúcar* utilizado pelos seres humanos para domesticar um animal¹⁴³; recurso muito parecido foi adotado pela Usiminas na tentativa de arrancar do operário o máximo possível da sua força de trabalho.

No âmbito interno, a empresa criou algumas campanhas de “incentivo” ao operariado, que, na realidade, surtiam mais efeitos sobre o nível da produção do que sobre a remuneração do empregado. Uma delas foi a SQP – Segurança, Qualidade e Produção. Essa campanha premiava em salário/horas cumulativas, relativas ao período no qual os operários de determinada seção ficassem sem sofrer acidentes de trabalho com afastamento. A competitividade estava instalada entre eles, uma vez que a preocupação principal era cuidar da sua segurança, além de *vigiar* o companheiro *mais descuidado*, para evitar algum ato inseguro, fato gerador de acidentes dentre eles, com afastamento. Nesse caso, todos perdiam o prêmio em horas acumuladas, pagas mensalmente, e recomeçava a contagem do marco zero.

Além dessas campanhas, a *meritocracia* instalada através da avaliação de desempenho, acenava com possibilidade de um aumento *por mérito*, para aqueles que contemplassem as exigências da empresa¹⁴⁴. Ao estimular a concorrência entre os trabalhadores, a empresa destruiu a base solidária existente entre eles. O aumento por mérito alcançaria apenas uma pequena parte dos trabalhadores. Simone Weil identificou esse tipo de procedimento no Fordismo, principalmente quando é afirmado que os empregados devem ser solidários, mas nem tanto, pois somente através da concorrência entre eles, seria possível lograr níveis de produção mais elevados.

É uma das fórmulas essenciais de Taylor, que é preciso dirigir-se ao operário individualmente; considerar nele o indivíduo. O que ele quer dizer é que é preciso destruir a solidariedade operária por meio das gratificações e da concorrência. É isto que produz esta solidão, talvez o caráter mais marcante das fábricas organizadas dentro do atual sistema, [...] Ford diz ingenuamente que é excelente ter operários que

¹⁴³ WEIL, Simone. Op. cit., p. 152.

¹⁴⁴ A escala salarial da empresa para os trabalhadores horistas era delimitada pelo “Abecedário”. Iniciava no padrão “A”, que ganhava na época, Cr\$280,00. e para cada letra de aumento, o salário aumentava aproximadamente 5% . Dessa forma, o maior salário dos horistas seria de 948,17, ou seja, 3,38 vezes o menor salário dos “operadores”. Os cargos de supervisores, chefes de seção e divisão, eram remunerados pelo critério dos menselistas, tinha uma tabela especial.

*se dêem bem, mas que é preciso que eles não se dêem bem demais, porque isso diminui o espírito de concorrência e de emulação indispensável à produção.*¹⁴⁵

As campanhas desenvolvidas dentro da empresa, cujo estímulo passava pela concorrência, tiraram do foco de preocupações dos empregados as questões salariais, as proposições hegemônicas e as disputas políticas pelo espaço focado. Enquanto essas estratégias se desenvolviam no espaço interno, no âmbito externo foram instalados ramais de associações como Maçonaria, Rotary, Lions, Clubes de Recreação, organizações que tinham por finalidade manter os trabalhadores *afastados do caminho do mal*, Instituições que tinham por objetivo o *aprimoramento do ser humano*. Completando a estratégia, o Serviço Social da empresa passou a atuar diretamente com as famílias, promovendo encontros de casais, palestras para jovens, horas dançantes, cursos de culinárias para as esposas, ou seja, preparava as famílias para uma completa compreensão do ritmo de vida imposto pela empresa, o ritmo da cidade industrial. Maurice Godelier, ao fazer a análise de como se dá a inserção de profissionais de diversas áreas do conhecimento no controle e preparação da sociedade para uma nova ordem, contribui para visualizar e entender as *peças* importantes no jogo hegemônico, que, no momento pesquisado, fazia-se notar na cidade de Ipatinga:

*Quanto aos professores, aos médicos, etc., a sua actividade abarca igualmente, como a dos quadros dirigentes, múltiplos aspectos. Os professores (pelo menos aqueles que não são utilizados pelo proprietário de uma instituição privada como meio para fazer dinheiro) contribuem para formar intelectuais e praticamente a força de trabalho (operários, engenheiros, etc.), portanto uma das condições da produção. A sua actividade é então indirectamente produtiva e, nessa medida, pode ser indirectamente explorada. Mas contribui também, por outro lado, no caso da maioria dos professores, para reproduzir e difundir idéias, ideologias que facilitam a perpetuação da forma da nossa sociedade e com ela a exploração dos trabalhadores. O médico, ele próprio, também actua sobre as condições da produção quando mantém em boa saúde os trabalhadores e suas famílias. E há, igualmente, diversas ocasiões em que contribui directa ou indirectamente para sua exploração (medicina no trabalho, etc.).*¹⁴⁶

Um dos maiores problemas, verificados nesse momento de início de operações, foi a dificuldade que a população sentiu em adaptar-se ao ritmo alucinante das atividades industriais. Especialmente para a população remanescente da região, era difícil compreender que a predominância, dali para frente, não seria mais *a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro*. Como boa parte dos empregados da empresa não carecia de especialização para produzir, a menor parte deles tinha algum tipo de experiência anterior em indústrias. O processo produtivo em 24 horas contínuas exigia o desdobramento das

¹⁴⁵ WEIL, Simone. Op. cit., p. 150.

¹⁴⁶ GODELIER, Maurice. Trabalho. In: Romano, R. (org.) Enciclopédia Einaudi. v. 7. Modo de produção / desenvolvimento / subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.50.

atividades em três turnos consecutivos de operação: de zero hora às oito, das oito às dezesseis e de dezesseis às vinte e quatro horas.

Entretanto, milhares de trabalhadores sequer conheciam a experiência de trabalhar em regime de turno e essa inexperiência comprometia a estabilidade física e emocional da maioria dos operários. Com objetivo de suprir essa lacuna “prejudicial à produção”, o Serviço Social entrou em cena, criando mecanismos que permitiam o preparo das famílias no sentido de compreender a necessidade de repouso do mantenedor, no caso o homem, para que pudesse produzir no período noturno.

As ocupações cotidianas, criadas pelo setor e repassadas às famílias por detrás de um discurso de enobrecimento das atividades, previam, sobretudo, a liberação do operário das tarefas familiares, bem como a possibilidade de um sono tranquilo durante o dia. O descanso, a partir da formação da classe operária inglesa, já era visto como uma forma de recompor as energias com vistas à continuidade do processo produtivo na manhã subsequente e Thompson contribui para a compreensão dessa dinâmica a partir da observação da classe operária do século XIX, procedimento que se estende até os nossos dias.

O escravo fiandeiro inglês não desfruta do céu aberto nem das brisas. Enclausurado em fábricas de oito andares, ele não tem descanso até as máquinas pararem, e então retorna à casa, a fim de se recuperar para o dia seguinte. Não há tempo para gozar da companhia da família: todos estarão também fatigados e exaustos.” era absolutamente necessário à manutenção do sistema produtivo.¹⁴⁷

A exemplo dos acontecimentos registrados no decorrer do século XIX, no século XX, as empresas centraram as preocupações no sentido de garantir um bom descanso ao trabalhador, vislumbrando a produção sem a inquietação do sono e do cansaço durante cada jornada. Além de todo esse aparato social, desenvolvido em nome de uma aparente preocupação com as condições de vida dos trabalhadores, mas que servia apenas de *pano de fundo* para aprofundar a dominação, paralelamente outros processos que combinavam ameaças com dominação foram desenvolvidos.

Após a demonstração de força desenvolvida no Vale do Aço por Castello Branco, a Usiminas contratou os serviços de uma empresa americana, a Booz Allen And Hamilton¹⁴⁸. Até meados de 1968, o resultado desse contrato foi o redimensionamento do quadro de funcionários e esse procedimento normalmente não flexibiliza para melhor do ponto de vista

¹⁴⁷ THOMPSON, E. P., op. cit., p. 25.

¹⁴⁸ A Booz Allen é uma empresa privada, fundada em 1914, com sede em McLean, Virgínia (EUA), que tem por objetivo prestar consultoria a empresas do Mundo inteiro. A Booz Allen foi contratada pela Usiminas para modernizar seu gerenciamento empresarial, ou seja, redimensionar a quantidade de funcionários em função da necessidade da produção.

do operário. Na maioria dos casos, implica “enxugar” o todo orgânico em busca da otimização dos processos operacionais, cujo objetivo é o aumento do lucro exigido pelos capitalistas. No caso da Usiminas, aproximadamente 1/3 dos empregados perdeu seus postos de trabalho, ou seja, na época mais de três mil trabalhadores. O receio de perder o emprego mantinha o operariado sob constante tensão, até sob um clima de medo, e este sentimento é o caminho mais curto para a escravidão. Aproveitando-se desse clima ameaçador, quem detinha o comando das ações tornava o ambiente fabril apropriado ao aprofundamento de dois parâmetros: dominação e arrocho salarial.

Além de uma tônica declaradamente favorável a esse arrocho, a organização do novo Governo, à luz do entendimento militar, permitiu que a Usiminas concentrasse seus esforços em outro flanco. Duas das maiores reformas administrativas da América Latina estavam em curso no Brasil e uma delas era a unificação do sistema previdenciário com a criação do INPS, posteriormente convertido em INSS. A outra, de interesse da empresa, foi instituída no dia 13 de setembro de 1966. Seguindo as determinações do PAEG¹⁴⁹, foi promulgada a Lei 5170/66, criadora do FGTS (Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço)¹⁵⁰.

Essa lei permitiu que a empresa articulasse um plano, cujo objetivo era resolver um dos maiores problemas criados com a construção dos bairros operários: o da moradia. Ela vislumbrou, nas mudanças propostas pela lei, uma oportunidade de receber de volta todo o investimento que fez na construção das casas nesses bairros. Até aquele momento, as prestações eram descontadas em folha de pagamento, porém esse procedimento gerava um incômodo paralelo: se o trabalhador *beneficiado* com uma das casas operárias fosse demitido, como seria renegociado o remanescente da dívida? Administrar é a arte de reduzir problemas e aumentar lucros: uma das premissas do universo capitalista. Com base em pressupostos capitalistas, ela propôs um *acordo* aos trabalhadores: cada um abriria mão de 40% dos direitos indenizatórios e o restante seria utilizado para quitar ou amortizar a dívida contraída com a aquisição das casas. Caso o saldo fosse suficiente para quitar, a escritura seria passada ao

¹⁴⁹ Programa de Ação Econômica do Governo, redigido por Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente, Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, cuja meta fundamental era instituir a estabilidade monetária. Segundo os ministros, uma das causas da inflação galopante da época era o acentuado índice de aumento salarial verificado no governo anterior.

¹⁵⁰ Pela legislação de 1940, período de Vargas, trabalhadores, demitidos com menos de dez anos de vínculo empregatício, teriam direito, como indenização, a um mês de salário para cada ano trabalhado. Os trabalhadores, que excedessem a esse tempo no mesmo emprego, passariam a gozar de estabilidade, portanto não poderiam ser demitidos, exceto por falta grave. No caso de demissão por interesse do empregador, ficaria estabelecida uma indenização com base em 2 meses de salário para cada ano trabalhado. Entretanto, é necessário entender que a reforma administrativa proposta pelo regime militar, atendia, de certa forma, a antiga aspiração dos trabalhadores, que estavam à mercê do humor e da lealdade, ou não, de seu empregador na hora de promover a indenização por tempo de serviço.

novo e feliz proprietário; caso contrário, o restante seria descontado em prestações acordadas entre as partes.

O Governo Federal deu um prazo para que as empresas se adaptassem à nova lei, porém não deixou de gerar certo descompasso, pois os trabalhadores ficaram divididos em duas partes: os optantes e os não-optantes. Os trabalhadores que acessem ao novo sistema seriam demitidos e recontratados pelas respectivas empresas, mas era permitido a elas conviverem com as duas realidades no seu quadro de operários.

A Usiminas empreendeu esforços no sentido de eliminar os entraves administrativos, que uma vez removidos, permitiriam conviver apenas com uma dessas realidades e, ao mesmo tempo, resolver definitivamente o problema da moradia. O que mais chama a atenção nessa mudança de perspectiva é que a proposta de perder um direito *deveria* partir do trabalhador e não da empresa. Edson Farias relata como aconteceu o assédio

Paulo Roberto - VOCÊ TRABALHOU LÁ ATÉ QUANDO EDSON?

Edson - Eu trabalhei lá até 1970, quando nós fomos chamados, todos nós fomos chamados **para entrar na lei trabalhista hoje que é a CLT.**

Paulo Roberto - NÃO É O NEGÓCIO DO FGTS DE 1964, QUANDO FOI CRIADO O FGTS?

Edson - 65 ou 66 foi criado.

Paulo Roberto - FOI NO GOVERNO CASTELO BRANCO?

Edson - É, aí como lá no decreto da época lá... você não podia passar de oito anos de firma, pra receber... e tinha a data lá, até 1970 todo mundo tinha que entrar na lei atual... hoje... que é a CLT... porque nós éramos celetistas... Então tinha que entrar na lei.... Então em 1970 eu fui chamado... não aceitei... foi prometido passagem pra mim... estágio pra mim no Japão, por três meses... eu como era novo achei que aquilo ali... era uma enganação, mas eu quebrei a cara depois... porque os colegas da minha época foro. Mas nem por isso eu fiquei preocupado nem nada... mas eu não quis fazê o acordo com ela porque eu já morava na casa Dela... no Cariru e pra mim passar para a lei nova... eu tinha que ir lá em Fabriciano com eles, perante o Juiz assinar um document... que eu estava fazendo acordo com ela, **que eu tava me propondo**, os dizeres da Caixa era assim: **eu, fulano de tal, venho propor à Usina Siderúrgica de Minas Gerais um acordo na base de 60% sobre o meu tempo de casa.** E ali vinha descrevendo, e aquele dinheiro, eu não via aquele dinheiro. Aquele dinheiro era pra dar na casa que eu morava.

Paulo Roberto - ENTÃO O DINHEIRO QUE VOCÊ TINHA DE INDENIZAÇÃO ERA TROCADO PELA CASA QUE VOCÊ MORAVA E VOCÊ PAGAVA A CASA PARA A USIMINAS?

Edson - Pagava... pagava... Então ficava uma parte como direito, uma, uma, tipo assim, uma caução para a lei nova, para o Fundo de garantia novo.

Paulo Roberto - AÍ VOCÊ PASSAVA A SER OPTANTE. ENTÃO TINHA OS OPTANTES E OS NÃO OPTANTES. MAS QUANDO FOI EM 1970, ELA ENCERROU ISSO AÍ ATÉ O FINAL DO ANO.

Edson - Isso

Paulo Roberto - E AÍ... QUEM NÃO FOI OPTANTE, FOI MANDADO EMBORA?

Edson - Ela dispensou. Eu tinha duas férias... eu tava preparando para sair uma férias... eu tinha quase duas já vencida... Eu tava doido que eles me enrolasse que eles tinha que me pagá mais. Mas eles bancaro os vivo e não deixaro... Mas mesmo assim foi... aí eu saí, só que saí de lá em 1970, **eu tinha que desocupa a casa dela para**

*recebe a indenização, aí eu fui lá para a casa da minha sogra novamente. (Grifos meus)*¹⁵¹

Edson Farias também não aceitou os termos propostos pela empresa e foi demitido. A partir da experiência vivida pelo protagonista abordado, é possível compreender o que acontecia a centenas de empregados que não aceitaram tal proposta. Entretanto, a maioria deles aceitou. Pressionados por uma realidade assustadora e um arrocho salarial subjacente às normas da política econômica, elaborada por Otávio Bulhões e Roberto Campos, ministros do novo Governo, muitos operários foram induzidos, ainda que por força das circunstâncias, a curvarem-se às imposições do poder instituído.

O resultado dessa operação foi aplaudido pelos chefes da empresa como sendo uma sábia decisão, porém, no fundo, no íntimo de cada operário, a realidade contrastava com a aparência. Cada um parecia coberto de vergonha por ter se submetido ao jugo do capital. Se, de um lado, o acordo atendia às necessidades de cada família; de outro, ficou a amarga decisão de ter que abrir mão de parte da indenização. Perder parte do dinheiro que conquistaram com determinação e muito sacrifício, dinheiro que serviria para assegurar uma vida mais tranqüila à família, era inadmissível, mas necessário naquele momento, pois a aquisição de uma casa própria se transformava em uma questão maior. Lembro-me do meu pai, quando foi comunicar sua decisão à família. “Hoje sou um novo empregado da Usiminas... garantimos nossa casa.” Sua decisão recebeu o apoio da família, mas o *amargo do fel descendo garganta abaixo* foi percebido claramente.

A dominação pela força cedeu lugar a um tipo que combinava nas palavras de Simone Well, “o chicote com torrão de açúcar.” Os aparentes *agrados* propostos pela empresa, como um avanço nas relações com seus empregados, ocultavam uma dominação travestida de outros matizes e, enquanto essa *camuflagem* era desenvolvida, a memória do massacre foi adquirindo contornos mais sólidos no imaginário da população.

Esse imaginário funciona como depositário das experiências e das contradições angariadas por diversos grupos sociais ao longo da sua existência. Assim, muitas experiências vividas por essa população foram transformadas em marcos de memória, cada um atendendo aos interesses dos seus criadores. No Bairro Veneza, em Ipatinga, uma escola municipal teve seu nome mudado para “Escola Sete de Outubro”, uma alusão à data do massacre. Em Belo Horizonte, a CUT criou a Escola de Formação Sindical Sete de Outubro, também em memória aos que tombaram no massacre.

¹⁵¹ Fragmento da entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias, em agosto de 2006, na residência do entrevistado, em Uberaba, MG.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, SINDIPA, órgão representativo dos trabalhadores empregados da Usiminas, também criou o seu marco. No dia 7 de outubro de 1989, o SINDIPA inaugurou um monumento contendo uma placa em homenagem aos trabalhadores metralhados no massacre de 1963. Entretanto, os dizeres da placa fazem uma exaltação à inauguração do memorial e não aos trabalhadores envolvidos no massacre. O que se observa, na realidade, é uma pretensão em perpetuar a memória da Diretoria Sindical, que se lembrou dos trabalhadores mortos em 7 de outubro de 1963.



Foto nº 16 - Acervo Paulo Roberto de Souza – Obtida em 27 de dezembro de 2005. Esse monumento está localizado na Av. Pero Vaz de Caminha no bairro Bom Retiro

Outro fato interessante, notado no monumento, é a tentativa - proposital ou não - de promover um gradativo afastamento do termo “massacre”. No monumento, esse termo foi substituído por outro mais ameno. Assassinatos ocorrem todos os dias e fazem parte do cotidiano da maioria da população. Entretanto, o termo massacre ganha uma dimensão que supera, em muito, os assassinatos, ainda que sejam coletivos.

Descartada a real hipótese do massacre da memória, evidenciada nesse marco, fica a ressalva de que o sindicalismo, em Ipatinga, pouco, ou quase nada, evoluiu desde o discurso do primeiro presidente em 1º de maio de 1965, quando Castello Branco esteve em Ipatinga, até 7 de outubro de 1989.

Ao contrário, apresentou-se como um tentáculo ideológico, permanentemente instalado no meio dos trabalhadores, cujo objetivo é convergir as reais necessidades desses

para disputas que apenas garantem medalhas em detrimento de melhorias salariais que constituiriam em reais aspirações. Torneio de jogos de damas, disputas de corridas ciclísticas no dia do trabalhador e “shows” musicais em datas comemorativas fazem parte da *política de pão e circo* outrora empreendida pela empresa. Hoje, a responsabilidade de manter o trabalhador longe do foco reivindicativo transferiu-se para o órgão que deveria ser o responsável por manter viva a luta por melhores dias para esses operários. A revista SINDIPA – Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga – 40 Anos de História, justifica esse procedimento:

Em seus primeiros anos de fundação, o Sindipa comemorava o Dia do Trabalhador com solenidades, geralmente precedidas de celebração religiosa, seguindo uma tradição que remonta à edição da encíclica “Rerum Novarum” pelo Papa Leão XIII, que no século XIX já se preocupava com o “temível conflito” que estava a gerar “entre o mundo do capital e o do trabalho” dando lugar a uma situação de “miséria imerecida”. Não pense, entretanto, que este dia, herdeiro de uma forte tradição de luta operária, à mistura com perseguições, prisões e até mortes, é um dia triste. Nele também se recordam as conquistas – pequenas e grandes – que os trabalhadores foram conseguindo através dos tempos. Diversos setores do movimento operário costumam celebrar o 1º de maio como um dia da solidariedade, de fraternidade e de exercício da cidadania. É imbuído deste espírito que o Sindipa promove a festa Trem do Trabalhador, com shows, farta distribuição de brindes e prêmios, numa grande confraternização que reúne os trabalhadores, suas famílias e toda a cidade na maior festa de 1º de maio de Minas Gerais e uma das mais concorridas do país. É um momento de alegria e confraternização e não só de protesto, porque nós fazemos a cidadania, solidariedade filantropia e alegria [...] Nestas festas são reunidas cerca de 200 mil pessoas, que durante todo o dia podem realizar exames de sangue, exames de pressão, de vista, obter orientações jurídicas de toda ordem, além de participarem de atividades lúdicas e culturais, distribuição de brindes e de sorteios.¹⁵²

Nesse dia, os trabalhadores são contemplados com toda sorte de *agrados*; nos demais 364, eles tiram do bolso até o que não têm para conseguir sobreviver às constantes intempéries que o mudo capitalista lhes impõe. Aliás, a data é um momento apazível para os profissionais liberais *fazerem a propaganda* do serviço que disponibilizarão aos trabalhadores durante o restante do ano.

Na década de 1970, a palavra ufanismo ganhou visibilidade mediante o enaltecimento das ações dos governos militares, sobretudo com a criação do jargão “O milagre econômico”, cujo objetivo era identificar o governo Médici¹⁵³ com a palavra progresso. Nesse período, considerado de pleno emprego, o SENAI transformou-se na grande fonte de formação de mão-de-obra especializada para a indústria. Outrora, no início das operações, o SENAI de outras cidades atuou como interlocutor dos interesses da Usiminas no sentido de amealhar

¹⁵² SINDIPA, Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, op. cit., pp. 66- 67.

¹⁵³ Terceiro General a presidir o país, Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência em 30 de outubro de 1969 e governou até 15 de março de 1974. Seu governo foi considerado como o período em que a ditadura foi mais arrojada, numa combinação de ufanismo com a maior repressão acontecida nos “anos de chumbo”.

mão-de-obra especializada, necessária ao início das operações. No fim da década de 1960, foi criada a Escola Profissionalizante de Ipatinga, melhor dizendo, da Usiminas. Com cursos de tornearia, ajustagem mecânica e eletricidade industrial, o SENAI converteu-se no grande fornecedor de mão-de-obra voltada para o setor de manutenção da Usiminas, pois os jovens que terminavam o curso já tinham emprego garantido. Além de atender às necessidades da empresa, reforçavam-se aí os laços de dependência das famílias, pois a maioria dos estudantes era composta por filhos de operários que trabalhavam na siderúrgica.

Ao analisar mais detidamente a hegemonia, é possível inferir que o sistema é fomentado pelas contradições existentes entre os vários grupos sociais, sobretudo no campo cultural. Dessa forma, essas contradições, à medida que se fortalecem, permitem a criação de uma *via de mão dupla* com esses grupos transitando em duplo sentido. Para Gramsci, a hegemonia é representada pelos meios através dos quais a classe dominante detém o monopólio da repressão, mas, por ser uma via de mão dupla, permite a reversão das formas de domínio. Nesse sentido, é possível compreender que, com a criação do SENAI, abriu-se uma porta de entrada para a Usiminas, constituindo aquele, uma dessas vias, e, em nome de um emprego para mais um membro da família, ela se submetia a esse jogo hegemônico.

Entretanto, nesse universo de mando e subordinação, fazia-se mister desenvolver novos tipos de resistência aos modos sutis de dominação criados pela empresa. Cingir-se de uma redoma hegemônica, à qual estaria confinada toda a classe operária, certamente não estava nos planos dessa massa de trabalhadores. Naquele momento, amparada na suposta legalidade imposta pelos Atos Institucionais¹⁵⁴, a empresa assumiu o comando das ações, inclusive sociais, mas não pôde impedir que se fermentassem, ao longo do tempo, ações opositoras, igualmente sutis, na perspectiva de dar um sobressalto a esse mando, fato que em muito influenciou no cotidiano dos construtores do *eldorado*. “O que é esmagado que se levante! O que está perdido, que lute! O que sabe ao que se chegou que há aí que o retenha? Porque os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.”¹⁵⁵.

Os enredos, desenvolvidos nesse *curto tempo* de construção do *eldorado*, consubstanciaram-se no elemento propulsor dessa resistência, que não foi criada em Ipatinga e, certamente, não terminará em Ipatinga. Ela insere-se em uma dinâmica de mudanças que perpassam ao tempo da Revolução Industrial Inglesa e não terminará enquanto os

¹⁵⁴ O regime de exceção foi competente, debaixo de sua ótica, ao não *rasgar a Constituição* de 1946. Ele criou uma *anomalia jurídica*, que permitia aos Generais governar através de um dispositivo que suplantava a Constituição vigente: o Ato Institucional. No bojo desse dispositivo, outros, ainda mais anômalos, perfilaram-se na organização da nova ordem instituída, entre eles: o Decreto-Lei criado na Era Vargas, amplamente difundido a partir de 1964, e o Decurso de Prazo, instituído pelo regime militar.

¹⁵⁵ BRECHT, Bertold. *Poemas*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.]. p. 61.

trabalhadores necessitem erguer o polegar como símbolo de resistência, como a perguntar aos órgãos repressores.... “Tá tinindo?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No dia 7 de outubro de 2006, completaram-se 43 anos do acontecimento que mais marcou a memória do povo de Ipatinga. Na parte da manhã, determinada pessoa que mora na cidade, conhecedora da minha pesquisa, ligou-me dizendo que havia algumas botinas, roupas e capacetes no local onde aconteceu a chacina que ficou conhecida como o massacre de Ipatinga, em 1963. Segundo a informação, acompanhava esse material algumas faixas contendo dizeres em homenagem aos mortos do massacre. O objetivo de quem colocou o material exatamente no local onde aconteceu o conflito era manter viva essa memória. Imediatamente solicitei que essa pessoa voltasse ao local e fotografasse o acontecimento. Inútil, todo o material foi removido do local.

As perguntas foram inevitáveis. Quem colocou o material no local? Quem o retirou? Por mais que me esforçasse para entender o acontecido, não encontrava respostas convincentes, apenas conjecturas a respeito do fato.

Certamente não foi a empresa que mandou colocar o material. Caso contrário, algum tipo de homenagem estaria em curso para dar visibilidade às festividades que homenageariam os trabalhadores, sem, contudo, exaltar as relações de força que culminaram com a morte de dezenas deles. Fato bastante improvável de acontecer pelo menos até esse momento. Na realidade, a tendência, por parte da empresa, é perpetuar o silêncio que já dura mais de 43 anos.

Também não pode ter sido o Sindicato. Primeiro, porque, ao que consta, o Órgão de representação não se mobiliza no sentido de manter viva a memória do massacre, prefere um monumento estático cujos dizeres, tendenciosamente, buscam apagar o termo massacre da memória dos habitantes locais, substituindo-o por um termo mais ameno, pela palavra assassinato. Segundo, porque nenhuma convocação fora feita de véspera, não havia um palanque armado para os pronunciamentos dos interessados. Além desses, presumidamente, haveria um terceiro interessado na história: demagogicamente ou não, os políticos sempre fazem esse tipo de homenagem em época de eleição, porém o primeiro turno das eleições já havia acontecido alguns dias antes, no dia 1º de outubro. Portanto, essa hipótese também está descartada.

Dessa forma, mediante o método de eliminação, é possível constatar que restou apenas um interessado em homenagear os trabalhadores que tombaram no mais cruel conflito

social notado na história do povo de Ipatinga. Trata-se de algum sujeito anônimo, com provável ligação, direta ou indireta com o massacre de Ipatinga, ou alguém que tenha perdido um ente-querido e luta com objetivo de manter viva a memória do massacre.

Entretanto, é provável que ninguém acreditasse se alguma pessoa dissesse que não foi a Usiminas que mandou retirar a suposta homenagem aos mortos. Não se pode aventar tal colocação como expressão da verdade, todavia seria uma hipocrisia, se essa alternativa fosse totalmente descartada, já que os indícios permitem crer que tal possibilidade esteja bem próxima do real. O que se nota, ao longo do tempo, é uma tentativa de massacrar a memória do massacre; uma busca pela cooptação de segmentos sociais cuja preocupação não passa pela linha de dar significado a esse tipo de acontecimento. Enquanto isso, a sociedade, que vivenciou o conflito e sofreu com ele, usa de todos os recursos necessários à manutenção dessa memória.

Pode-se dizer que, ainda hoje, o jogo de forças permanece em todos os âmbitos da sociedade. De um lado, o poder político e capitalista, utilizando dos meios disponíveis na perspectiva de disputar a memória, inclusive do massacre; de outro, a resistência, usando do “mimetismo” necessário à sobrevivência dos seus interesses. Esse jogo realimenta-se a cada nova roupagem ideológica que adquire. Na década de 1960, a empresa usou de meios coercitivos para controlar a massa de trabalhadores e esse meio implicou, inclusive, em metralhadoras disparando contra esses operários. O que se pode deduzir desse fato é que tais metralhadoras não procuravam apenas controlar uma manifestação de descontentamento. O objetivo era aniquilar qualquer dissonância à ordem instituída e não é seguro dizer que esse tipo de acontecimento teve como palco apenas a cidade de Ipatinga. Também é possível observar que, no plano político nacional conturbado dos anos 60, movimentos sociais eclodiram em diversos focos, enquanto conspiradores históricos como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto “*fechavam o cerco*”, apontando para a ruptura institucional. Nesse contexto, é possível vislumbrar que qualquer acontecimento, seja de enfrentamento, seja de permissibilidade, seria apropriado e alardeado pelos conspiradores como fator de enfraquecimento do Governo Federal, legitimamente eleito pelo povo.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Até a eleição que conduziu Jânio Quadros e João Goulart ao poder, o pleito era realizado separadamente: votar-se-ia para Presidente e, separadamente, para Vice-Presidente. Por duas vezes consecutivas João Belchior Goulart foi eleito Vice-Presidente e, em ambas, saiu de uma chapa opositora à do Presidente eleito, obtendo maior quantidade de votos que o Presidente. Com a renúncia de Jânio, Jango (como era carinhosamente reconhecido pelos eleitores), foi guindado à condição de Presidente da República.

Nos anos que sucederam ao massacre, a política nacional sofreu um forte revés, quando foi anunciado que o Brasil estava sob nova direção e todas as instituições, públicas e privadas, tiveram que se adaptar às novas regras impostas pelo novo regime. Dentre essas, estavam o controle de salários e o silenciamento das vozes dissonantes. Acobertada pelo regime de exceção, a empresa utilizou de todos os meios possíveis, na perspectiva de fazer cicatrizar as chagas abertas pelo massacre mediante a interferência no intercâmbio cultural entre os diversos grupos e famílias, mola propulsora da sociedade em formação.

Colocou em movimento a tentativa de controle hegemônico, envolvendo interferência cultural, patrulhamento ideológico, instalação de organizações de cunho burguês, política de pão e circo e preparação de uma mão-de-obra “domesticada” e de “fácil manejo”. Esses elementos estiveram em voga, nesses anos e esse conjunto de fatores apontava para o escoamento da esperança do povo para debaixo do manto da ditadura. As dificuldades encontradas na disputa pela residência, pelo alimento e até mesmo água potável marcaram os anos iniciais desses migrantes que vieram para o local em busca de novas oportunidades. Entretanto, ao invés de sucumbirem diante das dificuldades encontradas, esses *peões*, como eram reconhecidos, juntamente com suas famílias, deram início ao processo de acomodação que implicou, literalmente, na construção de seu espaço de sobrevivência.

A resistência dos trabalhadores observada no episódio, conhecido como massacre de Ipatinga foi um dos indicativos da forma que seriam travadas as novas disputas que surgiriam na cidade e nas relações com a “toda poderosa” Usiminas. Além da sobrevivência, estava em jogo a organização da classe operária em torno de novas propostas que emergiriam dessas relações.

Na década de 1980, o cerne da disputa mudou de foco. Os trabalhadores passaram a lutar pela liderança sindical e, posteriormente, essa luta mudou para o âmbito político. Em uma das Assembléias de recomposição salarial na data-base da categoria, a Diretoria do Sindicato apontava para a aprovação da proposta da empresa, quando um sindicalizado, de nome Francisco Carlos Delfino¹⁵⁷, tomou a palavra e fez um discurso inflamado em defesa dos interesses da classe trabalhadora. A habilidade com as palavras e o conhecimento sobre legislação e direitos trabalhistas demonstrados pelo sindicalizado, impulsionaram a

¹⁵⁷ O nome era Francisco Carlos Delfino, porque mais tarde incorporou o nome político ao original. Quando entrou na atividade político-partidária, passou a se chamar Francisco Carlos Chico Ferramenta Delfino.

categoria a identificá-lo como um futuro candidato à Direção Sindical. Chiquinho da pesquisa, como era conhecido, cedeu às argumentações e registrou uma chapa na disputa da eleição sindical de 1985, cujo nome era “Ferramenta”.

Adil Albano foi um dos candidatos dessa chapa e relata sua opção em concorrer a um cargo de direção sindical por uma chapa de oposição.

[...] Foi muita pressão em cima dos operários para participarem da campanha e fazerem carreata. Tínhamos reunião com os chefes de departamento. Nunca participei, até 1985, de nada que pudesse me comprometer com o patrão. Eu tinha receio, pois a gente fazia o trabalho de base. Quando o patrão vinha fazer as reuniões de conscientização, que eu chamava de convencimento, eu já havia reunido o pessoal anteriormente e colocado o que poderia acontecer. Esse foi o meu trabalho. Até quando surgiu o fenômeno Ferramenta, desbravando a coragem que o trabalhador tinha que ter, fazendo aquilo de forma mais aberta. A gente fez um primeiro contato e decidimos que seria melhor para a chapa eu continuar fazendo aquele trabalho sem aparecer. Então o chefe vinha fazer um trabalho de convencimento e eu de base. Até que chegou a um ponto que eu não tolerei mais.

Perguntado sobre o que o levou a participar da chapa de oposição, Adil acrescentou:

Foi principalmente a forma pela qual a Usiminas tratava o trabalhador nas ocasiões de acordos salariais, de eleições sindicais... A política empregada era a de repressão, pressão e ameaça: “ou você faz isso ou é demitido. No grupo SIDERBRÁS não acha mais emprego”.¹⁵⁸

Cinco chapas concorriam à direção, mas uma delas não contava com a simpatia da direção da empresa. Era a chapa registrada com o nome de “Ferramenta”, liderada por Francisco Carlos Delfino. Até o registro da chapa seu nome era esse, mas a partir do registro da chapa o Chiquinho da pesquisa passou a ser identificado por Chico da Ferramenta. A direção da empresa reuniu as quatro chapas e estimulou a renúncia de três delas em favor de uma só, como estratégia para evitar que a chapa Ferramenta fosse vencedora. Desta forma ela se lançou na disputa por esse espaço como forma de assegurar o fechamento de todas as saídas possíveis a um movimento contra-hegemônico.

Por uma margem pequena de votos, a chapa “Ferramenta” perdeu as eleições e, um mês depois, quando terminou a imunidade provisória¹⁵⁹, Francisco foi demitido da empresa.

¹⁵⁸ HOMENS em série, op. cit., p. 90-91.

¹⁵⁹ Ao registrar uma chapa concorrente à direção sindical, todos os membros ficam protegidos contra demissão imotivada e essa imunidade permanece até um mês após a eleição.

Com o dinheiro da indenização, Francisco Delfino, agora com o nome de Chico Ferramenta, iniciou sua campanha ao cargo de Deputado Estadual, pleito vencido por larga margem de votos.

Antes de concluir a metade do mandato, Chico Ferramenta foi chamado a concorrer ao cargo de Prefeito Municipal. Observa-se que na década de 1960, este cargo foi assumido por um representante da Usiminas e na década de 1980, esse mesmo cargo era disputado por um ex-operário da Usiminas. Não há comprovação desse fato, mas há quem afirme que o presidente da Usiminas teria dito: “podem conquistar a Prefeitura, mas o Sindicato não.” Chico Ferramenta foi eleito Prefeito de Ipatinga por três legislaturas, sendo uma alternada e duas consecutivas.

O que se nota no período entre a chegada desses trabalhadores para a região e a consolidação de uma administração política nas mãos dos representantes do povo foi um grande acirramento de tensões e também das desigualdades. As classes dominantes, dentre elas a direção da Usiminas, buscando imprimir um ritmo aos moldes exigidos pela realidade e o interesse da lógica capitalista, e de outro, as demais classes sociais imprimindo suas marcas nesse campo de tensões, criando mecanismos de mudanças nas relações sociais.

As reflexões sobre mudanças notadas em tão curto espaço de tempo permitem compreender que as classes estão em constante movimento e que não estão confinadas em guetos ideológicos pré-estabelecidos, cuja finalidade é ensejar a oportunidade de *engessamento* de tais grupos. A reflexão sobre as memórias dos agentes que vivenciaram os acontecimentos da época trouxe à tona o desenvolvimento das problemáticas envolvendo esses conflitos e os movimentos entendidos como o *fazer-se* das classes envolvidas nesse espaço de tempo. Acostumados que estamos às investidas conservadoras, cujo objetivo é imobilizar o desenvolvimento social emergente, o que lhes é muito cômodo, a análise proporcionada por este trabalho, foi a de oferecer um viés diametralmente oposto a esse conservadorismo; antes, teve por escopo, a abertura de um leque de compreensão dos viveres envolvendo costumes, conflitos e consensos, sobretudo, objetivando visualizar processos sociais em constante movimento.

Para além de uma análise das estruturas, o mote foi trazer para o foco das atenções os agentes que sempre estiveram à margem da história, apesar de serem os verdadeiros protagonistas dela. Norteado pela linha de pesquisa na qual o trabalho foi inserido, aqueles que até então estiveram em uma condição de coadjuvantes na maior parte do material até

então publicado sobre o assunto, foram trazidos para o plano da história como agentes que imprimem suas marcas nessa construção.

A idéia principal não é transformar esta peça em um trabalho conclusivo, ao contrário, o objetivo é levantar problemáticas que permitirão novas análises e o aprofundamento dos diversos assuntos abordados ao longo dos três capítulos.

Verifica-se hoje que os participantes dessa monumental construção encontram-se dispersos por vários estados do Brasil, sem que sejam reconhecidos, sequer lembrados que um dia fizeram parte dessa obra. Na realidade tais trabalhadores não passam de um número a mais no arquivo morto da empresa e não há como fazer qualquer reivindicação em prol desses agentes, mesmo porque, se fosse para reivindicar sua participação na construção da cidade e da empresa, seria necessário focar o trabalho na participação econômica dessa construção. Essa participação existiu apesar não fazer parte do foco do trabalho, é necessário compreendê-la como peça importante dentro do jogo hegemônico da empresa.

Além de emprestar a força física e o patrimônio intelectual em favor da construção, tanto da cidade quanto da Usiminas, no início da década de 1970, quando o ufanismo tomou conta do Brasil e as indústrias apontavam para um patamar de produção que ficou conhecido como “O Milagre Econômico”, os trabalhadores foram chamados à participação na construção de outra empresa. Essa iniciativa não ficou limitada ao uso da força física e intelectual. Tratava-se de uma participação financeira na construção da USIMEC¹⁶⁰ – Usiminas Mecânica S/A -. A cada trabalhador foi *oferecido* um lote de ações da empresa, com desconto em várias prestações na folha de pagamentos da Usiminas. Esse dinheiro foi utilizado na construção dessa nova empresa, anexa ao Complexo Industrial da Usiminas. Passadas as festividades da inauguração e as comemorações pelos primeiros contratos, a direção da empresa não se manifestou para dar relatório das ações adquiridas pelos seus empregados.

Perquirido sobre o destino dessas ações, a resposta do atual Presidente da Usiminas, no cargo desde a década de 1980, foi lacônica: “elas foram pulverizadas no tempo”. Ações produzem bens materiais e o bem material está implantado com o nome de USIMEC – Usiminas Mecânica e não foi pulverizado com o tempo.

¹⁶⁰ www.usiminasmecanica.com.br – Acesso em 20/02/2007. Segundo o site oficial a Usiminas Mecânica foi fundada pela Usiminas em 1970, com o objetivo de promover a utilização do aço na construção civil e mecânica do Brasil. A empresa, instalada no Vale do Aço, em Ipatinga, Minas Gerais, dispõe de fábricas modernas e capazes de atender às necessidades de um mercado exigente. Hoje, considerada uma das maiores empresas do setor de bens de capital do País, inclui entre as certificações internacionais adquiridas: AISC, ISO 9001, TS 9000, OHSAS 18001 e ISO 14001, esta última referente à gestão ambiental.

A cada nova investigação nota-se que a vastidão do tema é imensurável e o trânsito por esse espaço geográfico inserido em um lapso de tempo que não supera cinco décadas permitem diversas análises sob os mais variados ângulos. Da locomoção dessas famílias para o então Arraial de Ipatinga, com seus sonhos e perspectivas, até as reivindicações sobre a real participação desses agentes na construção da cidade e da empresa. Das aflições sofridas pelos primeiros trabalhadores distantes de suas respectivas famílias, envolvendo o cotidiano dos alojamentos, ao mercado informal que se desenvolveu na região como forma de garantir a sobrevivência daqueles que não foram “escolhidos” para trabalhar diretamente na construção da empresa. Das diversas correntes políticas presentes no período de construção do *eldorado*, incluindo o comunismo, o anarquismo e o grupo dos onze de Brizola, até a influência dessas correntes no episódio do massacre.

Enfim, é possível visualizar a construção do *eldorado* como um manancial de oportunidades de análise e pesquisas no campo da história local. A cada esquina desses cantos e canteiros da história, emerge uma nova faceta permitindo novas investigações, ou outra história inserida nas muitas memórias desse povo, cujas investigações, se espera, tenham continuidade.

FONTES

Depoimentos orais.

Moacir Lacerda, 66 anos, casado, aposentado, natural de Uberaba MG, foi para Ipatinga em busca de uma melhoria salarial no ano de 1962, quando a Usiminas estava entrando em funcionamento. O senhor Moacir fazia parte da classe intermediária dos empregados da empresa pois possuía o curso técnico em mecânica, portanto um funcionário relativamente bem remunerado para os padrões da época. Morou no bairro Candangolândia, Horto, Santa Mônica e Cariru. Hoje o Sr. Moacir reside no bairro Boa Vista, em Uberaba, MG, sua terra natal.

Nelson Ribeiro, casado com Dona Aparecida Ribeiro, 69 anos, aposentado, natural de Juiz de Fora. Nelson Ribeiro foi recrutado pela a Usiminas quando ainda morava em Juiz de Fora e se mudou para Ipatinga em 11 de novembro de 1962, quando a Usina já estava em funcionamento. Profissional do ramo de manutenção elétrica, Nelson também se incluía entre os funcionários de salários intermediários, pois era técnico em eletricidade. Além da Usiminas, Nelson Ribeiro trabalhou em outras empresas, sendo a Fosfertil, a última delas, onde se aposentou na década de 1990. Hoje Nelson Ribeiro reside em um bairro classe média de Uberaba e possui, juntamente com os filhos, uma fábrica de salgados para festas.

Sra. **Maria Aparecida Ribeiro**, casada com Nelson Ribeiro e mãe de quatro filhos, dos quais dois nasceram em Ipatinga e os demais em outras cidades de Minas Gerais para onde se mudaram em busca de novas oportunidades.

Edson dos Santos Faria, casado com dona Maria Geralda, natural de Uberaba. Edson tem hoje 62 anos e cursou tornearia mecânica pelo SENAI de Uberaba. Com o diploma na mão, foi trabalhar em uma fábrica de tornos mecânicos em Jundiaí, São Paulo, quando foi avisado, através do pai, da existência de uma ótima oportunidade de emprego em Minas Gerais, em uma empresa considerada de futuro para os rapazes da idade dele. Edson foi um empregado atípico, pois entrou na Usiminas antes mesmo de completar maioridade, em um procedimento não muito convencional, que implicou na convivência do Setor de Recrutamento da empresa, em Belo Horizonte. Além da Usiminas, Edson trabalhou também na ALCOA, Companhia

Americana de Alumínio, em Poços de Caldas, MG e Fosfértil, Fertilizantes Fosfatados S/A, em Uberaba MG. Edson hoje é aposentado, mora em um bairro de classe média em Uberaba, MG e continua exercendo a profissão trabalhando em uma empresa em Sumaré São Paulo.

Sra. Maria Geralda Faria. Inicialmente a família se mudou para Ipatinga com a finalidade de instalar um comércio. Na época Maria Geralda ainda era adolescente, pois sua chegada à cidade antecedeu à grande corrente migratória para a região. Após algum tempo trabalhando no fornecimento de marmitas para os empregados da Usiminas e das empreiteiras, a atividade permitiu que Maria Geralda conhecesse Edson Farias, um dos rapazes que tomava refeição em seu estabelecimento. Casou-se com Edson e os anos iniciais da nova família foi na casa dos pais de Maria Geralda, posteriormente eles se mudaram para o centro de Ipatinga e daí foram para um dos bairros reservados aos profissionais da Usiminas, o bairro Cariru. Hoje os filhos estão formados e o casal reside em Uberaba M. G.

Virgílio Rocha. Casado, natural de Nova Lima MG, trabalhou na Mannesmann em Belo Horizonte, Usiminas em Ipatinga, ALCOA, Poços de Caldas MG e FOSFÉRTIL, Fertilizantes Fosfatados S/A, em Uberaba. Virgílio Rocha era solteiro quando foi para Ipatinga e também foi recrutado através do SENAI. Hoje Virgílio continua trabalhando na Fosfértil e exerce atividade paralela na liderança do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Uberaba.

Iracilda Ângela de Souza. Viúva desde 2004, residente em Ipatinga, MG, foi casada com Alípio Rodrigues de Souza e mudou-se para Ipatinga em julho de 1964, logo depois do massacre de Ipatinga e do Golpe Militar de 64. O marido foi para a região também em 1962 e em 1964 toda a família se mudou e, conseqüentemente, passou a enfrentar uma realidade muito diferente da que estava acostumada. Dona Iracilda tem hoje 71 anos e é aposentada. Tem sete filhos, dez netos e dois bisnetos.

Fotografias.

Fotografia nº 1 – Policial sobre o caminhão Opel antes de disparar a metralhadora contra os trabalhadores da Usiminas – Ipatinga - em outubro de 1963. Fotografia reproduzida pela revista Homens em série. Curiosamente esta foto foi tirada por uma das vítimas fatais do massacre. Logo que tirou as fotografias o fotógrafo Isabel do Nascimento foi atingido por uma rajada de metralhadora e perdeu a vida imediatamente. Não se sabe quem recuperou a máquina fotográfica e quem mandou revelar o filme, a foto está estampada na maioria do material produzido sobre o assunto.

Foto nº 2 – Chiquito Alves – Banco de imagem AEL/UNICAMP – Militares apontando metralhadoras para os trabalhadores da CSN em assembléia – Volta Redonda – 1988

Foto nº 3 – Centro do Arraial de Ipatinga. Fotografia que compõe o acervo do Sr. Moacir Lacerda.

Foto nº 4 - Barracos em construção na Rua do Buraco – Acervo Biblioteca da PMI – Prefeitura Municipal de Ipatinga.

Foto nº 5 - Homens do aço construindo Ipatinga - Acervo Biblioteca PMI

Foto nº 6 - O centro de Ipatinga em 1966 – Acervo Pedro Linhares.

Foto 7 - Bairro Horto – Acervo Moacir Lacerda.

Foto 8 – Bairro Maringá - Acervo Moacir Lacerda.

Foto nº 9 – GOOGLE EARTH – www.googleearth.com.br Acesso em 19 de dezembro de 2006.

Foto nº 10 – Bairros operários - www.googleearth.com.br - Acesso em 19 de dezembro de 2006.

Foto nº 11 – Bairro Vila Ipanema – Acervo Moacir Lacerda.

Foto nº 12 – Bairro Santa Mônica – Acervo Moacir Lacerda.

Foto nº 13 - Castelo Branco entrega a Carta Sindical a Alberto Maciel Fonte: Revista SINDIPA, 40 anos de história.

Foto nº 14 - Carta Sindical assinada por Arnaldo Sussekind Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social e entregue pessoalmente por Castello Branco. Fonte: Revista SINDIPA – 40 anos de história.

Foto nº 15 – Convite de inauguração da Nova Vigilância - Acervo PMI.

Foto nº 16 - Acervo Paulo Roberto de Souza – Tirada em 27 de dezembro de 2005. Fotografia do monumento erigido pelo Sindicato local, SINDIPA, localizado na avenida principal do bairro Bom Retiro, em sete de outubro de 1989.

MAPA 1 - Fonte: Plano Diretor de Ipatinga Propriedade das terras na época da implantação da Usiminas.

MAPA 2 – FONTE: PROJETO CURA. Evolução Urbana. No mapa original não consta o trajeto da linha férrea. Ele foi introduzido na planta para melhor visualizar as áreas de adensamento, que foram povoadas com a construção dos bairros.

ANEXOS.

Os anexos têm por finalidade situar Ipatinga e região diante da imensidão geográfica do Brasil.

Anexo 1- Localiza Ipatinga no mapa do Brasil.

Anexo 2- Localiza Ipatinga na configuração geográfica de Minas Gerais.

Anexo 3- Bacia hidrográfica contendo os rios que cortam a região.

Anexo 4- Divisão política atual da cidade de Ipatinga.

Anexo 5- Região metropolitana e colar metropolitano.

Anexo 6- Rodovias mineiras e acesso à cidade.

Anexo 7- Geografia mineira.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BELUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Org.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. V. 1, São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre A identidade da representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Tânia Moreira. *Política ambiental, conflito e produção social do espaço sob o signo da mono indústria: um estudo de caso sobre Ipatinga MG*. São Paulo 1998 (dissertação em história) USP-SP.

CALVO, Célia Rocha. Introdução. Trabalho e Trabalhadores. A experiência da companhia Paulista. *Trabalho e ferrovia: a experiência de ser ferroviário da companhia paulista*. São Paulo, 2004 (dissertação em história) – PUC-SP.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica, In: MACHADO, Maria Clara T.; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: Edufu, 2006.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. **Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50**. 203 p. 1988, Tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio. *História e Ética do trabalho no Brail*. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CASTORIADIS, Cornélius. Freud, a sociedade, a história. In: CASTORIADIS, Cornélius. *As encruzilhadas do labirinto: a ascensão da insignificância*. V. IV. Trad. Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CEVASCO, Maria Elisa 'Diálogos Pertinentes marxismo e cultura' In: *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Bontempo Editorial, 2003.

CHESNAIS, F. e SERFATI, Claude. A questão ambiental. *Crítica marxista*, n. 16, 2003.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. *A sociedade contra o Estado*, 5ª ed. RJ: Francisco Alves, 1990.

DIÁRIO DO AÇO. *Ipatinga ano 20*. Ipatinga: Diário do Aço, 1984.

DREIFUSS, René Armand, 1964: *A CONQUISTA DO ESTADO AÇÃO POLÍTICA, PODER E GOLPE DE CLASSE* 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? A sensibilidade e a história. In: FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Trad. Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. 3 ed. Lisboa: Presença, 1989.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs). **Muitas Memórias, outras histórias**: São Paulo; Olho d'Água, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Uma Hipótese Preliminar*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

FONTES, Rui de Siqueira. **Juá, a Rua dos Desencantos**, Vitória – ES: Delgraf, [1990].

FOUCAULT, Michel. Representar. In: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FURET, François. Da história narrativa à história problema. In: *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1985.

GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GODELIER, Maurice. Trabalho. In: Romano, R. (org.) *Enciclopédia Einaudi*. v. 7. Modo de produção / desenvolvimento / subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

GOMBRICH, E. H. Meditações sobre um cavaleiro de pau ou as raízes da forma artística. In: GOMBRICH E. H. *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. Cadernos do Cárcere, v. 4. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) RJ: Civilização Brasileira, 2001..

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*, v. 2,. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.). Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais, 1990.

HOMENS em série: *a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991.

IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JUNIOR, Fernando Benedito. *Vale do Aço 2000 Um século de história*. Diário do Aço, Ipatinga: 2000.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MENDONÇA, Sonia e MOTA, Márcia (orgs.). *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro: 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

ODALIA, Nilo (Org.) *Brasil, o Desenvolvimento Ameaçado: Perspectivas e Soluções*. São Paulo: UNESP. 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 14, fev. 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A aventura socialista no século XX*. São Paulo: Atual, 1999.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1 (*A árvore da liberdade*). Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 2 (*A maldição de Adão*). Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 3 (*A força dos trabalhadores*). Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEYNE, Paul. Nada mais do que uma narrativa verídica. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.

WEIL, Simone. A condição operária. Ecléia Bosi (Org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. RJ: Paz e Terra, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: 1780-1950**. Trad. Leônidas Hegemberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Anexo 1 - Mapa do Brasil com a localização de Ipatinga

Este mapa tem por finalidade oferecer ao leitor de outros estados uma visão geral e aproximada da localização da cidade de Ipatinga dentro da configuração geográfica nacional.



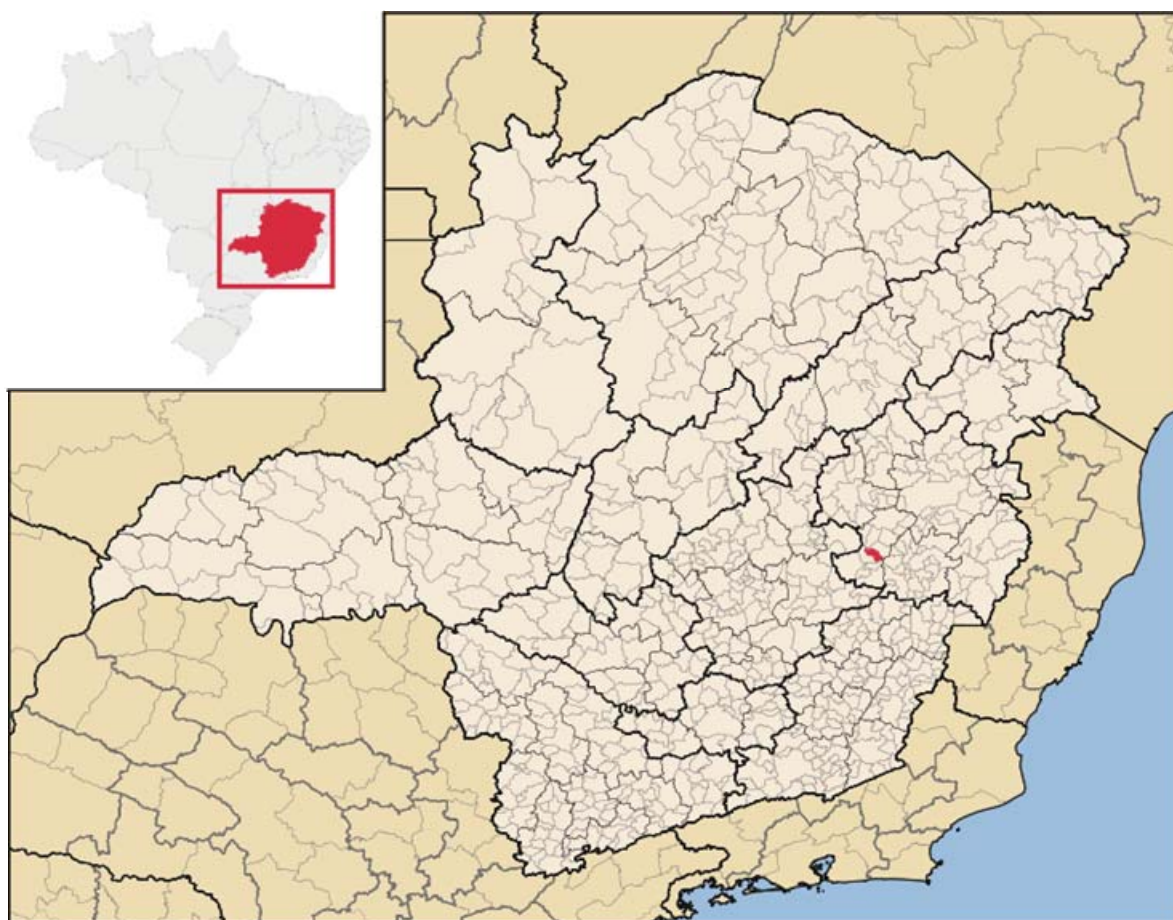
Anexo 2 – Localização de Ipatinga no Estado de Minas Gerais.

Este mapa permite visualizar detalhadamente a localização de Ipatinga dentro do Estado de Minas Gerais. O estado mineiro possui 853 municípios e Ipatinga está entre os que têm uma extensão territorial bastante limitada. Com apenas 166,5 Km² e uma atividade industrial intensa, o município está em quinto lugar em arrecadação no estado. Segundo o Jornal Estado de Minas de 14 de dezembro de 2007, o município é precedido, em arrecadação, apenas por Belo Horizonte, Betim, Contagem e Uberlândia.

Coordenadas:

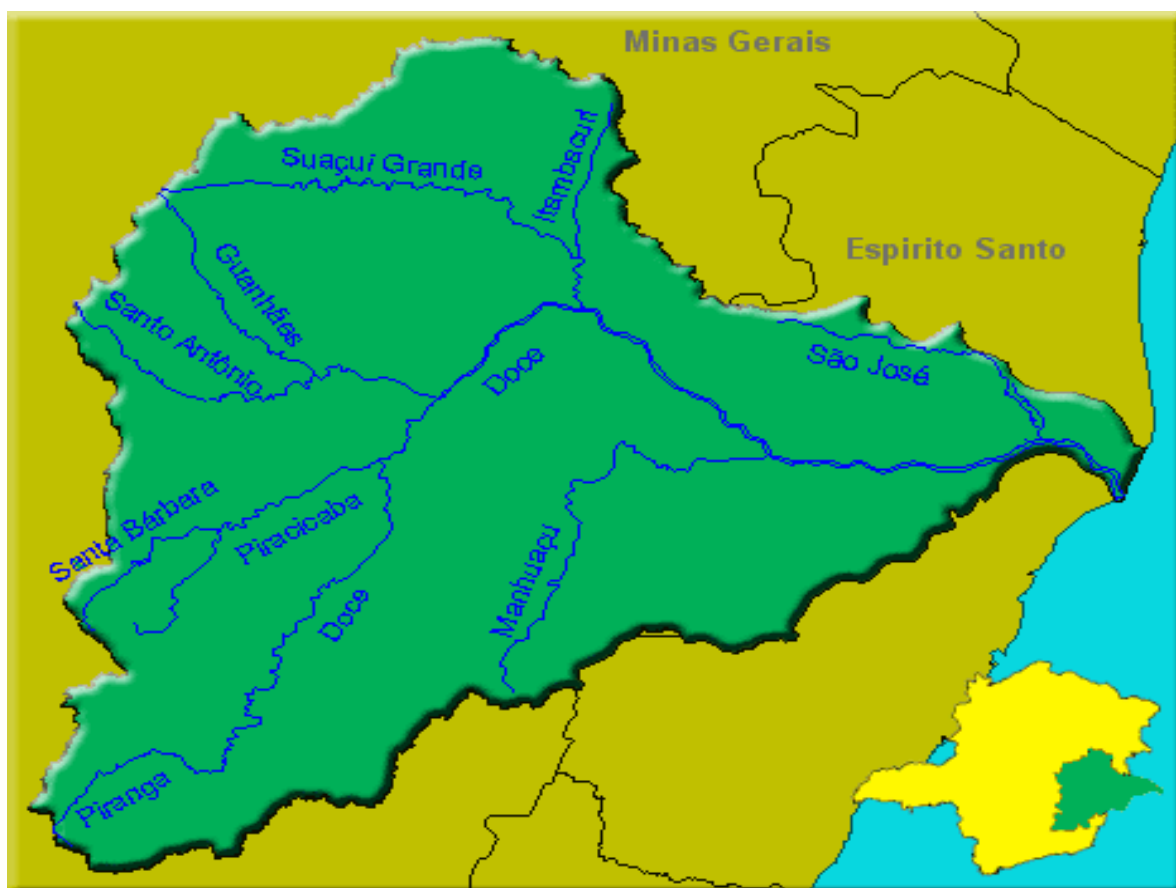
Latitude Sul: 19° 28' 46" Longitude Oeste: 42° 31' 18"

220m. acima do nível do Mar.

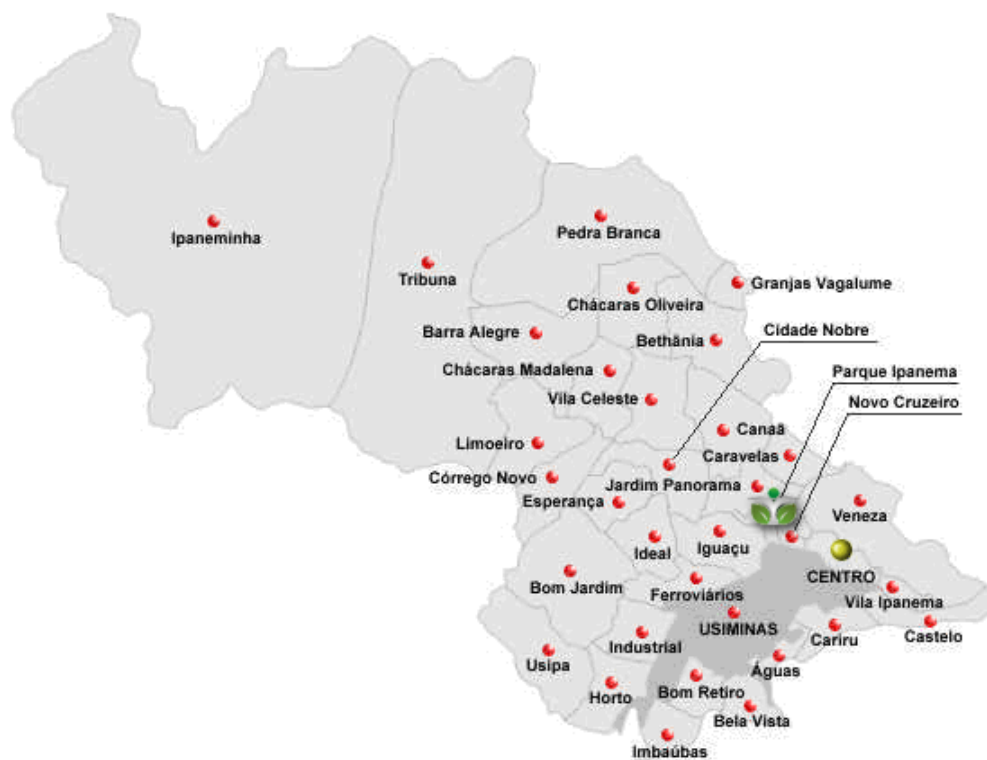


Anexo 3 - Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Entroncamento do Rio Piracicaba com o Rio Doce, nesse espaço está localizado a cidade de Ipatinga.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é uma das mais importantes de Minas Gerais, pois conta com sete afluentes de grande e médio porte. Após a instalação de empresas do ramo de Mineração, Metalurgia e Siderurgia, os dois principais Rios da Bacia, o Doce e o Piracicaba, foram transformados em depósitos da escória dessas empresas. A CVRD lavou o minério nas águas do Piracicaba por longos anos e a Usiminas depositou a escória do gusa nas margens do Rio, entre os bairros Amaro Lanari e Bom Retiro. Essas empresas desenvolveram, ao longo do tempo, programas de recuperação dos Rios, entretanto o grau de comprometimento ao qual foram expostos demandará um grande tempo de recuperação.



Anexo 4 – Divisão política da cidade de Ipatinga em 2007

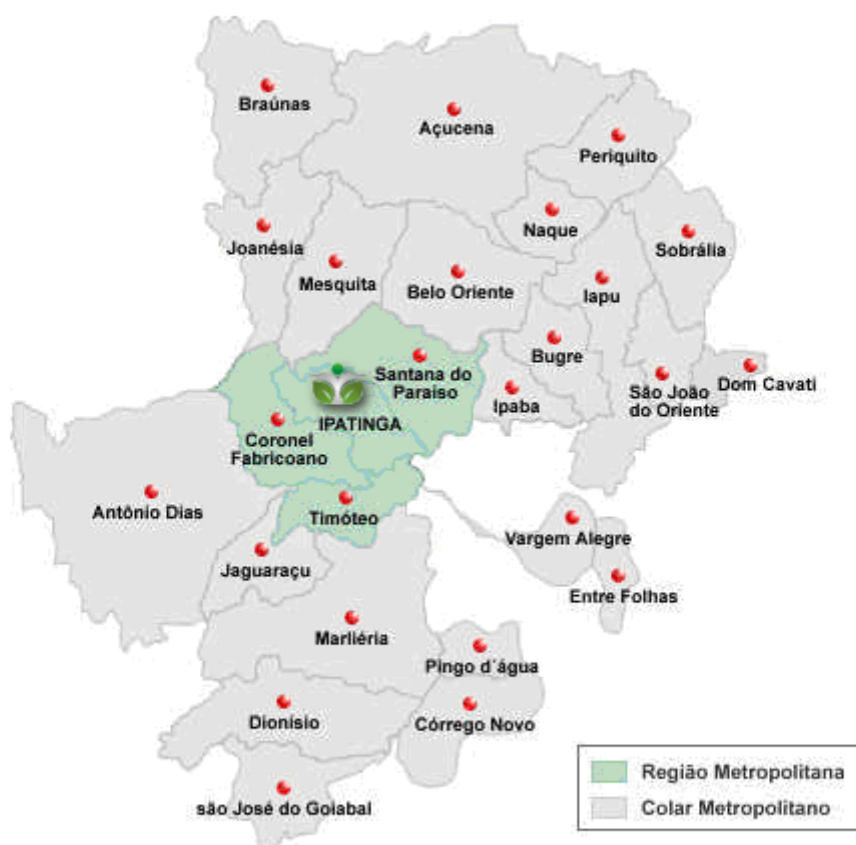


ITEM	BAIRRO	ÁREA
1	Barra Alegre	2,9 Km ²
2	Bela Vista	1,1 Km ²
3	Bethânia	3,6 Km ²
4	Bom Jardim	6,1 Km ²
5	Bom Retiro	1,1 Km ²
6	Canaã	3,3 Km ²
7	Caravelas	1,6 Km ²
8	Cariru	1,2 Km ²
9	Castelo	1,4 Km ²
10	Centro	0,2 Km ²
11	Chácara Madalena	2,5 Km ²
12	Chácara Oliveira	2,8 Km ²
13	Cidade Nobre	2,4 Km ²
14	Córrego Novo	1,3 Km ²
15	Águas	0,5 Km ²
16	Esperança	1,9 Km ²
17	Ferrovário	1,7 Km ²
18	Granja Vagalume	0,8 Km ²
19	Horto	2,3 Km ²
20	Ideal	1,7 Km ²
21	Iguaçu	2,3 Km ²
22	Imbaúbas	1,2 Km ²

23	Industrial	1,6 Km ²
24	Ipaneminha	50,4 Km ²
25	Jardim Panorama	1,7 Km ²
26	Limoeiro	2,9 Km ²
27	Novo Cruzeiro	0,2 Km ²
28	Parque Ipanema	1,1 Km ²
29	Pedra Branca	13,4 Km ²
30	Tribuna	29,2 Km ²
31	Usiminas	8,8 Km ²
32	Usipina	3,3 Km ²
33	Veneza	6,2 Km ²
34	Vila Celeste	3,2 Km ²
35	Vila Ipanema	0,5 Km ²
TOTAL:		166,5 Km ²

Anexo 5 – Região metropolitana e colar metropolitano.

A Região Metropolitana do Vale do Aço, RMVA foi criada em 12 de janeiro de 2006 através da Lei Complementar 90 2006 de 12 de janeiro de 2006, publicada no Diário do Executivo de 13 de janeiro de 2006, pág. 3 col. 2. O Núcleo da Região Metropolitana é formado pelas cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso e no seu entorno situa-se o Colar Metropolitano com mais 22 cidades. Esta Região tem 802 mil km quadrados, 440 mil habitantes e é responsável por 5 % do PIB mineiro.



Anexo 6 – Mapa rodoviário de Minas Gerais.

Ipatinga está localizada na região Leste do Estado de Minas Gerais. O transporte rodoviário é basicamente operado através das rodovias BR-381 e da BR-458 – que dá acesso à BR 116 (Rio-Bahia) -, que interligam Ipatinga aos principais centros produtores, consumidores e exportadores da região Sudeste do País. O transporte ferroviário é feito pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, através da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e é uma alternativa para o escoamento da produção, recebimento de matéria-prima destinada à Usiminas e uma alternativa agradável e de baixo custo para os passageiros com destino ao litoral capixaba (Vitória) ou à capital mineira (Belo Horizonte). A Região é atendida também pelo Aeroporto da Usiminas, que conta com pista asfaltada de 2 mil metros de extensão de pista asfaltada podendo operar vôos diurnos e noturnos.

